

**Consultoria Linguística:
a importância dos fundamentos teóricos
no sustentar da investigação**

Vítor Manuel Alves Moraes

**Trabalho de Projeto de Mestrado
em Consultoria e Revisão Linguística**

(Versão corrigida e melhorada após a sua defesa pública)

Agosto de 2017

**Consultoria Linguística:
a importância dos fundamentos teóricos
no sustentar da investigação**

Vítor Manuel Alves Moraes

**Trabalho de Projeto de Mestrado
em Consultoria e Revisão Linguística**

(Versão corrigida e melhorada após a sua defesa pública)

Agosto de 2017

Trabalho de Projeto apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Consultoria e Revisão Linguística realizado sob a orientação científica da Professora Doutora Clara Nunes Correia.

**CONSULTORIA LINGÜÍSTICA: A IMPORTÂNCIA DOS FUNDAMENTOS TEÓRICOS
NO SUSTENTAR DA INVESTIGAÇÃO**

VÍTOR MANUEL ALVES MORAIS

RESUMO

PALAVRAS-CHAVE: consultoria linguística, fundamento teórico, revisão linguística, revisão de texto, teoria, prática.

A investigação académica em consultoria linguística tem originado trabalhos de natureza aplicada associados a domínios de atividade profissional com objetivos orientados, sobretudo, para a resposta a questões e dificuldades práticas. Este estudo preconiza uma abordagem de reflexão sistematizadora sobre a importância da consultoria linguística enquanto atividade sustentada academicamente. Nele revisitam-se as perspetivas de alguns trabalhos anteriores, recolhem-se dados, evidências e argumentos, desenvolve-se um conjunto de reflexões em que se constituem os fundamentos teóricos, tentando evidenciar a sua importância para a consultoria linguística, sem, contudo, descurar-se o efeito de influência que uma teoria detém sobre a realidade, para ser testável e comparável com resultados empíricos. Para uma tal abordagem, estabelece-se um contexto que promove e reforça o quadro teórico; propõem-se entendimentos sobre a investigação fundamental e a investigação aplicada, de modo a estimular a reflexão; procuram-se nos trabalhos anteriores indícios de vínculos teóricos; regularizam-se dados terminológicos com o propósito fixar a terminologia adotada no estudo, entre os quais: a noção de fundamento teórico ou até o próprio conceito de consultoria linguística reconstituído como um grupo de domínios de atividade interdisciplinar teórico-prática que inclui a edição e a revisão, a tradução, o ensino de línguas, a gestão de informação, a escrita criativa, a comunicação e o jornalismo. Dada extensa tipologia de problemas teóricos e práticos que podem ocorrer, resulta que nem todos os argumentos sustentados nas reflexões podem configurar fundamentos teóricos e, nem mesmo os que configuram, significam soluções para o alargado escopo de desafios que a consultoria linguística acomoda.

**LINGUISTIC CONSULTANCY: THE SIGNIFICANCE OF THEORETICAL FOUNDATIONS
IN SUSTAINING RESEARCH**

VÍTOR MANUEL ALVES MORAIS

ABSTRACT

KEYWORDS: linguistic consultancy, linguistic revision, theoretical foundation, revising, theory, practice.

Academic research in linguistic consultancy has given rise to applied work associated with domains of professional activity guided, mainly, to answer practical questions and difficulties. This study advocates a reflexive systematized approach concerning linguistic consultancy as an academic sustained activity. It covers the perspectives of some previous works, it gathers data, evidence and arguments, it develops a set of reflections that make up the theoretical foundations, trying to highlight its importance for linguistic consultancy, without ignoring the influence effect that a theory holds on reality, to be testable and comparable with empirical results. For such purpose, it sets a context that promotes and reinforces the theoretical framework; it offers some understandings on fundamental research and applied research, in order to stimulate reflection; it seeks for previous evidence of theoretical bonds; it regularizes terminology data to tie the study adopted terminology, including: the notion of theoretical foundation or even the linguistic consultancy concept itself, reconstituted as a group of domains of interdisciplinary theoretical and practical activity that comprises edition and revising, translation, language teaching, information management, creative writing, communication and journalism. Given the extensive typology of theoretical and practical problems that may occur, not all reflections supported arguments outline theoretical foundations and not even those that do support purport solutions to the broader scope of challenges that language consulting accommodates.

ÍNDICE GERAL

Resumo.....	ii
Abstract.....	iii
Introdução	1
Novo contributo	3
Orientações	5
Estrutura do trabalho	6
Capítulo I: O estudo.....	9
I. 1. Investigação recente	9
I. 2. Funcionamento da língua: espaço de reflexão	10
I. 3. Outro perfil de reflexões	18
Capítulo II: Estado da arte.....	19
II. 1. O âmbito académico e profissional	19
II. 2. Estudos académicos de consultoria linguística.....	21
Trabalhos de projeto.....	22
Relatórios de estágio.....	24
Dissertações.....	25
II. 3. Outros estudos.....	27
Capítulo III: Elementos metodológicos.....	31
III. 1. A abordagem.....	31
III. 2. Iniciado em investigação.....	31
III. 3. A investigação académica	32
III. 4. Outros elementos a considerar	35
Capítulo IV: Resultados e discussão	42
Reflexões finais.....	47
Referências bibliográficas	51
Anexos	56
1. Dados do projeto	56
2. Convenções de escrita e de formatação.....	57
2.1. Outras convenções	58
3. “Desvios” entre o plano de trabalho e a memória de projeto.....	59
4. Os regulamentos do mestrado.....	62
4.1. Considerações gerais	63
4.2. Considerações particulares.....	66
4.3. Perspetiva teórica e teórico-prática.....	67

4.4. Conceitos e designações.....	68
4.5. Atribuições e competências.....	69
5. O nome do mestrado	71
6. A pesquisa, seleção e organização da bibliografia.....	73
7. Fontes bibliográficas agrupadas tematicamente.....	77
7.1. Dicionários, prontuários, glossários	77
7.2. Gramáticas	78
7.3. Guias temáticos.....	78
7.4. Outros instrumentos (enciclopédias, livros de estilo, normas).....	81
7.5. Trabalhos de âmbito académico.....	82
7.6. Outros recursos linguísticos e publicações	84

ÍNDICE DE QUADROS E FIGURAS

Quadros e figuras 1. Consultoria linguística: domínios e subdomínios	12
Quadros e figuras 2. Consultoria linguística: domínios e subdomínios (diagrama).....	13
Quadros e figuras 3. Esquema de obtenção do significado.....	16
Quadros e figuras 4. Frequência do termo 'linguistics' por fonte bibliográfica	30
Quadros e figuras 5. Relação problema prático / problema de investigação	34
Quadros e figuras 6. Sustentar / contestar o problema.....	35
Quadros e figuras 7. A Consultoria Linguística.....	48
Quadros e figuras 8. Nome do mestrado	72

INTRODUÇÃO¹

O ensino institucional da consultoria linguística para o português europeu, assegurado desde 2011 pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa através do mestrado em Consultoria e Revisão Linguística², constitui um tópico recente de investigação académica teórica e empírica que abrange um conjunto alargado de domínios de atividade e prática profissional, envolvendo aspetos variados de uso da língua pelos seus utilizadores. Desde então e até ao final de 2016, a quantidade de trabalhos que resultaram deste curso excede uma dezena e distribuem-se, de um modo relativamente equilibrado, por cada uma das três modalidades da componente não letiva: três para o trabalho de projeto – L. Pereira (2016), Fidalgo (2014), Marques (2014); cinco para o estágio com relatório – C. Pereira (2015), Araújo (2014), Pacheco (2013), Mateus (2013), Pinto (2013); e cinco para a dissertação – Campos, (2016), Rosa (2015), Valério (2014), Adriano (2014), Vasconcelos (2013).

Ainda assim, e apesar da variedade de modalidades poder proporcionar uma certa diversidade na natureza dos estudos e nos temas que originam, em geral, os dados, as evidências e os argumentos, que os conteúdos dos trabalhos realizados propõem sobre a consultoria linguística, parecem indiciar temas de investigação tendencialmente aplicada, com objetivos orientados para a resposta a questões e dificuldades³ práticas. Já as atividades práticas associadas à consultoria linguística, no âmbito de um espaço não académico, parecem suscitar o interesse e o empenho generalizados de comunidades socioprofissionais em domínios de atividade como a edição e revisão, a tradução, no ensino de línguas, na gestão de informação, na escrita criativa, na comunicação e jornalismo, tendência que decorre, quer de exigências mais imediatistas na resolução das dificuldades a que os especialistas têm de responder, quer do carácter abrangente desta área da consultoria.

No entanto, a qualquer novo estudo, mesmo não publicado, reserva-se uma função no quadro da consultoria linguística e a sua relevância intrínseca vai para além

¹ Versão corrigida e melhorada após a sua defesa pública.

² Ver na secção Anexos o ponto «4. Os regulamentos do mestrado».

³ O termo ‘dificuldade’ substitui aqui o termo ‘problema’, para distinguir as dificuldades que estes estudos referem, daqueles outros em que existe, efetivamente, um problema conceptual formulado de modo explícito.

das suas orientações teórico-práticas. Como Bazerman (2010) de um modo mais geral afirma, para se poder participar numa discussão, oral ou escrita, é necessário compreender e assimilar o que outros disseram sobre o assunto (p. 3); por seu lado, Booth, Colomb, & Williams (2008) vão ainda mais longe ao sustentarem que praticamente tudo aquilo em que se acredita tem origem na investigação proposta por outros, contudo, sem nunca se poder deixar de questionar o que se lê, com uma ponderada dúvida (pp. 9-10).

Este tipo entendimento acerca da investigação não deve ser interpretado como um simples truísmo, mas antes como uma premissa a não subestimar; atender ao nível de conhecimento e à relevância dos factos encontrados em estudos prévios de consultoria linguística, mesmo aqueles que dela relevam a sua perspetiva mais aplicada, possibilita maior sustentação teórica disponível para os novos estudos. Todavia, isto não significa ignorar um estado de investigação mais recente e menos robusto, pelo o que tal contexto pode proporcionar de espaço à criação e à inovação; ao que tudo indica, o avanço científico ocorre em função da condição em que se encontre a investigação, a qual, por sua vez, se sustenta no que os novos estudos vão descobrindo e propondo.

Quanto à tipologia da lista de fontes bibliográficas selecionadas⁴ para este estudo, ela inclui um conjunto alargado de recursos bibliográficos, do qual se destaca a totalidade dos trabalhos académicos anteriores já referidos, em representação de um quadro teórico, apesar de tudo, ainda pouco robusto, desenvolvido no âmbito das três modalidades que a componente não letiva do mestrado em Consultoria e Revisão Linguística oferece: o trabalho de projeto; o estágio com relatório; a dissertação. Esta variedade de modalidades remete para uma das primeiras constatações, que importa desde já mencionar e que se prende com alguma diversidade encontrada na análise dos trabalhos desenvolvidos.

Começando pelos trabalhos de projeto de Fidalgo (2014), Marques (2014) e L. Pereira (2016) cujas abordagens, ligeiramente diferentes entre si, parecem dar primazia, quer ao carácter mais empírico das dificuldades que o revisor de texto profissional enfrenta no exercício da sua atividade, quer à procura de soluções

⁴ Ver na secção Anexos o ponto «7. Fontes bibliográficas agrupadas tematicamente».

aplicadas mais imediatas. Algumas dessas dificuldades revelam lacunas e preocupações que alargam o âmbito exclusivamente linguístico a outros temas de relevância prática e funcional para os seus autores. Já os relatórios de estágio de C. Pereira (2015), Araújo (2014), Pacheco (2013), Mateus (2013) e Pinto (2013) fazem depender os resultados dos seus trabalhos das funções de carácter profissional desempenhadas enquanto estagiários nas respetivas instituições de acolhimento, descrevendo, como seria de esperar, um tipo de tarefas de âmbito mais prático comparativamente àquelas de que se ocupam os trabalhos de projeto referidos. Por último, os trabalhos de dissertação de Campos (2016), Rosa (2015), Valério (2014), Adriano (2014) e Vasconcelos (2013) parecem dar uma maior primazia à análise e crítica teórica sobre o funcionamento e o uso da língua portuguesa, em alguns casos, valorizando os aspetos teóricos linguísticos, em detrimento de outros fatores mais práticos associados a domínios de atividade em consultoria linguística.

Ao analisarem-se globalmente estes trabalhos, encontram-se evidências, referidas mais adiante no «Capítulo II: Estado da arte», de que os seus autores emitem juízos suficientemente consensuais sobre a relevância e a utilidade dos conhecimentos teóricos e teórico-práticos adquiridos no decorrer do mestrado. Ao mesmo tempo, afigura-se perceptível, pelo menos em alguns deles, o vínculo, por vezes, menos estável entre teoria e prática, especialmente, se analisado na perspetiva de um contexto de trabalho académico, quer pelos temas que abordam, quer ainda, pelos aspetos mais ou menos uniformes que guiam os seus argumentos. Contudo, se a análise incidir apenas num tipo de contributo, pode dizer-se que, de uma forma geral, os trabalhos manifestam um pendor prático em relação a esses mesmos conhecimentos e revelam a aptidão profissional dos seus autores, enquanto participantes efetivos em atividades de consultoria linguística associadas a domínios e subdomínios de atividade prática, como a revisão e a profissão de revisor, a edição e a profissão de editor ou a tradução e a profissão de tradutor.

Novo contributo

Por entre dificuldades que alegam, questões que colocam e soluções que sugerem nas suas abordagens à consultoria linguística, mas, em especial, por tudo o que não referem, os trabalhos de mestrado anteriores deixam, igualmente, espaço a

outras perspetivas e a outros contributos. A ‘apropriação’ por este trabalho de projeto⁵, não de todo, naturalmente, mas de algum desse espaço, resulta sobretudo de uma eventual insuficiência na robustez do quadro teórico, que a especificidade da consultoria linguística tem proporcionado.

Em relação ao contexto teórico e empírico concebido para este estudo, começa-se por destacar o conjunto dos trabalhos que constituem a investigação mais recente em consultoria linguística para o português europeu, cujas abordagens, tendencialmente aplicadas, concedem espaço para a reflexão teórica sobre a língua. Nestas reflexões convocam-se o que se considera serem alguns termos chave para o estudo da consultoria linguística, como por exemplo, consultoria, consultoria linguística, consultor linguístico, revisão linguística, revisão de texto, fundamento teórico, cujos significados, ou não se conseguem encontrar nesses trabalhos, ou então, se existem, revelam aceções demasiado indefinidas e pouco informativas para os objetivos aqui apresentados. Em consequência, (re)formulam-se os respetivos conceitos e definições – por exemplo, concebe-se a consultoria linguística como um grupo de domínios de atividade interdisciplinar teórico-prática, associado à linguagem, à sua aquisição e aprendizagem, ao seu funcionamento, uso e desenvolvimento; a revisão linguística define-se como uma área de atividade transversal a todos os domínios e independente em relação a outros tipos de revisão, embora, fora do âmbito deste estudo, possa não ser este o conceito adotado; e os fundamentos teóricos que correspondem, de um modo genérico e ainda indistinto, a tudo o que, ao longo deste estudo, a consultoria linguística proporcionar de reflexão sobre os seus domínios e subdomínios e se considerar adequado referir como tal.

Antecipa-se, portanto, a necessidade de fixar alguma da terminologia adotada, bem como, as suas respetivas definições, de modo a se poder reconstituir o tema deste trabalho de projeto em reflexões sobre aspetos concretos que ajudem a assinalar as evidências teóricas e a desenvolver fundamentos com algum sentido. Destacando um ponto de vista porventura mais teórico e conceptual da consultoria linguística, se comparado com as perspetivas sugeridas em trabalhos de mestrado anteriores, tenta-

⁵ Acerca de um pressuposto vínculo temático e de conteúdo que deve existir entre o plano de trabalho e a memória de projeto e dos ‘desvios’ que é possível encontrar neste projeto, ver na secção Anexos o ponto «3. “Desvios” entre o plano de trabalho e a memória de projeto».

se estabelecer um dispositivo de conexão com os seus problemas práticos, linguísticos e não-linguísticos, recorrendo à especulação teórica e ao estudo exploratório apoiado na interpretação e na descrição de aspetos para os quais ainda não existem respostas ou, se existem, elas são ainda pouco convincentes, tudo de modo a permitir deduzir hipóteses, juízos, regras, orientações – fundamentos – com o propósito de contribuir para a constituição de mais e melhor conhecimento, no âmbito da consultoria linguística.

Orientações

Com o tipo de abordagem referido cumpre-se a principal proposta deste estudo, ao promover-se uma perspectiva de reflexão sistematizadora sobre a consultoria linguística enquanto atividade sustentada academicamente. Define-se ainda um conjunto de orientações assumidas como um guia na recolha de novos dados, evidências e argumentos, de modo a permitir salientar a importância dos fundamentos teóricos no sustentar da investigação em consultoria linguística.

Atendendo à flexibilidade que a modalidade trabalho de projeto possibilita, o elenco de asserções que compõe as orientações, à semelhança do que acontece com os fundamentos teóricos, constitui uma estratégia que, por um lado, facilita uma melhor organização dos conteúdos do estudo e uma maior sistematização das reflexões desenvolvidas e, por outro, permite uma análise aos resultados do estudo com base em objetos concretos conhecidos. Com as orientações identificam-se atividades e tarefas que, de modo explícito, permitem ainda controlar a evolução do estudo e definir um estatuto adequado, uma utilidade efetiva e um escopo preciso, para além, obviamente, de contribuirem para salientar a importância dos fundamentos teóricos. As orientações implicam:

1. estabelecer o contexto que propicie a reflexão e alargue e fortaleça o quadro teórico da consultoria linguística para o português europeu;
2. equacionar e propor alguns entendimentos sobre a investigação fundamental e a investigação aplicada de modo a estimular a reflexão;
3. procurar nos trabalhos anteriores indícios de vínculos teóricos implícitos ou explícitos mais pertinentes;

4. regularizar dados terminológicos – conceitos, designações e definições – associados à consultoria linguística, com o propósito de fixar a terminologia adotada no estudo.

Apesar de se recorrer, em particular, a trabalhos anteriores em consultoria linguística, neste estudo tenta-se, sobretudo, esboçar um novo caminho e emitir juízos próprios sobre o tema; opta-se por uma perspetiva teórico-prática da consultoria linguística, tendencialmente, não arbitrária e não absoluta, ao invés de reproduzir-se uma linha de raciocínio predeterminada que promova uma tendência em detrimento da outra e que, de modo unilateral, conceba a consultoria linguística como uma área exclusiva, ou de investigação fundamental ou de domínios de atividade profissional. Partindo do entendimento teórico aqui proposto, em que se idealizam e reequacionam algumas linhas de orientação da consultoria linguística, reformulam-se alguns conceitos e definições; aproveitando a investigação académica prévia e a conjuntura teórico-prática particular em que se constituem a generalidade dos trabalhos anteriores, desenvolve-se uma pesquisa que se propõe acrescentar, à informação existente, um novo contributo que disponibilize conhecimento factual, a que se designou chamar “fundamentos teóricos”.

De acordo com as palavras de Bazerman (2010), no decorrer de um conhecimento que evolui, a investigação determina o seu próprio percurso e desenvolve estudos para responder a questões essenciais, umas mais gerais como, por exemplo, – *qual o uso que os falantes fazem da escrita?* que levam a outras questões mais específicas – *qual o uso hífen nas formas derivadas?*⁶ E, à medida que cresce o saber, emergem novas questões e, à medida que estas evoluem, o investigador apura a forma elementar dos seus argumentos, com o que se renova o carácter fundamental da investigação (p. 221).

Estrutura do trabalho

Ao nível da sua estrutura, este trabalho tenta corresponder aos requisitos definidos pelas normas do regulamento interno da componente não letiva para a

⁶ Exemplos construídos.

modalidade trabalho de projeto e referir os tópicos exigidos abordar na memória de projeto; ao nível da formatação segue o modelo convencional de apresentação formal⁷. Seguindo este modelo, que o Índice geral especifica, os tópicos dispõem-se até três níveis – *capítulos / subcapítulos / secções* e o documento decompõe-se em três partes – a pré-textual, a textual e a pós-textual:

- a primeira parte contém Página de rosto, o Resumo/*Abstract* e os Índices;
- a segunda parte inclui o conteúdo do trabalho a que correspondem os capítulos:

Introdução – contextualiza-se, de forma genérica, o tema do trabalho, tendo em conta trabalhos anteriores, identifica-se o problema subjacente ao tema proposto, estabelecem-se algumas orientações e equacionam-se contributos para o seu estudo;

O estudo – estabelece-se o contexto teórico e empírico para o tema, organiza-se e explora-se a opção pelo trabalho de reflexão;

Estado da arte – recorre-se ao trabalho já desenvolvido na área da consultoria linguística para descrever o que tem sido feito e procede-se à recolha de contributos e evidências para reflexão;

Elementos metodológicos – caracterizam-se os elementos que compõem as opções metodológicas do trabalho de reflexão explicitando alguns dos conceitos mais relevantes subjacentes ao tema;

Resultados e discussão – recupera-se o tópico do estudo desenvolvido sobre a importância dos fundamentos teóricos enquanto atividade sustentada academicamente e, tendo em conta as orientações propostas, apresentam-se e discutem-se os resultados obtidos e os aspetos mais importantes que resultaram das reflexões desenvolvidas, ou seja, dos seus fundamentos teóricos;

Reflexões finais – constitui-se uma síntese das reflexões elaboradas ao longo do estudo, sobre aquilo que foi dito, mas também do que ficou por dizer e analisar, bem como, as dúvidas, as limitações e as perspetivas futuras;

⁷ Ver na secção Anexos o ponto «2. Convenções de escrita e de formatação».

Referências bibliográficas – listam-se apenas as obras citadas ao longo desta memória de projeto;

– a terceira parte contém a secção de Anexos, a que correspondem sete subsecções, em que se incluem dados, evidências e argumentos secundários, mas com relevância para o tema do projeto:

1. Dados do projeto;

2. Convenções de escrita e de formatação;

3. “Desvios” entre o plano de trabalho e a memória de projeto;

4. Os regulamentos do mestrado;

5. O nome do mestrado;

6. A pesquisa, seleção e organização da bibliografia;

7. Fontes bibliográficas agrupadas tematicamente.

CAPÍTULO I: O ESTUDO

I. 1. Investigação recente

Os autores dos primeiros estudos deste curso de mestrado enfrentam um dilema adverso, que resulta, sem dúvida, do seu funcionamento ainda recente, mas, sobretudo, por aquilo que representa uma nova área de especialização que carece de investigação académica efetiva⁸ para o português europeu. Por um lado, será sempre mais difícil aos autores de estudos precursores formularem aquilo que julgam ser as tendências iniciais de uma área de investigação contemporânea, sem poderem socorrer-se do contributo teórico de trabalhos anteriores, ou seja, sem lograrem recorrer à pesquisa de fontes prévias para delas conseguirem constituir a sustentação teórica e empírica necessárias, que permita consubstanciar e fundamentar as suas novas teses e evidências, de forma convincente. Por outro, de maneira a que a investigação em consultoria linguística possa existir e evoluir, exige-se a elaboração de teorias assentes em fundamentos coerentes e persuasivos, numa base de premissas conceptuais que permitam estabelecer a sua caracterização, as suas funções e a dos seus domínios e subdomínios, sem, contudo, descuidar-se, como se sabe, a importância do efeito que uma teoria deve ter na realidade, o que exige ser comprovada e comparada com resultados empíricos da prática profissional.

Como resultado daquilo que aqui se entende ser a atual conjectura da consultoria linguística, acontece que os conteúdos dos primeiros estudos desenvolvidos tendem a revelar uma perspetiva, ora demasiado prática⁹, ora ‘intuitiva’ em excesso e, por vezes até, podem formular descrições menos fundamentadas com um maior pendor pessoal, impressionista e opinativo. Já a marca teórica que evidenciam manifesta-se ainda bastante ténue, especialmente, em relação a determinadas abordagens em que seria

⁸ «Esta é uma área em que, atualmente, não existe, em Portugal, trabalho de investigação.» A3ES, A. d. (2015). *NCE/14/00131 – Decisão de apresentação de pronúncia – Novo ciclo de estudos*. Lisboa: A3ES. Obtido em 19 de out de 2016, de http://www.a3es.pt/sites/default/files/NCE_14_00131_papnce_2014_dec_apres_contr.pdf.

⁹ Tendência que, de algum modo, se manifesta também na tipologia das unidades curriculares de escolha condicionada que os regulamentos do mestrado estabelecem para a realização da componente não letiva, em particular, o trabalho de projeto e o estágio com relatório.

expectável encontrarem-se descrições linguísticas que definissem para a consultoria linguística, o estatuto adequado, a utilidade real e o escopo preciso.

A própria consultoria linguística parece não atender unicamente à perspectiva de uma prática profissional, que as atividades de uma determinada comunidade preestabelecida de profissionais sugerem e, a que os autores, de pelo menos uma parte dos estudos recentes desenvolvidos no âmbito deste mestrado, recorrem, adotando a função do profissional que aconselha na resolução de problemas essencialmente práticos relacionados com as suas respetivas atividades. As marcas e tendências que exhibe uma tal perspectiva representam, tão somente, o seu elemento mais exposto e proeminente de entre um conjunto de outras perspectivas e de outras atribuições em que, afinal, se afigura haver espaço para a constituição dos fundamentos teóricos que aqui se alude.

I. 2. Funcionamento da língua: espaço de reflexão

Neste estudo aproveita-se, pois, algum do espaço de reflexão legado pelos trabalhos anteriores, proveniente de um interesse assente, quer numa opção de investigação mais aplicada, quer nos resultados da própria prática profissional da consultoria linguística; no empenho em preenchê-lo dá-se mais atenção ao funcionamento da língua e a alguns conceitos e definições particulares essenciais à reflexão sobre a consultoria linguística, na tentativa de conferir-lhe uma maior robustez teórica. Distingue-se, por exemplo, as duas noções ‘investigação fundamental’ e ‘investigação aplicada’, ao mesmo tempo que se tenta demonstrar que ambas podem coexistir e, pelo menos no âmbito deste trabalho, constituir um dos suportes à elaboração de reflexões sobre a consultoria linguística.

Observe-se como diferentes áreas teóricas variam no vínculo e na dependência que estabelecem com a evidência empírica. Enquanto, por exemplo, a “lógica formal” desenvolve fundamentos teóricos puramente abstratos e independentes de qualquer observação empírica, já a “física” propõe teorias cujos resultados, para serem validados, dependem da observação empírica. Por seu lado, as “ciências sociais e humanas”, em que a teoria se manifesta variavelmente conjectural, revelam um vínculo mais débil entre a teoria e a observação empírica – a teoria, numa área como a “linguística”, sustentada em investigação fundamental, embora mais interpretativa do

que a teoria em “física”, por exemplo, afigura-se bem fundamentada, enquanto que a teoria em domínios como a “edição e revisão de texto” ou a “escrita criativa”, sustentada em investigação aplicada, tende a revelar-se mais especulativa (adaptado de Bazerman 2010, pp. 279-281). Uma conclusão que pode retirar-se da reflexão de Charles Bazerman acerca da variação no recurso à evidência empírica nas ciências experimentais e não experimentais corresponde ao facto de o objeto de estudo implicar o uso de uma língua natural, ou mesmo de a língua natural poder constituir o próprio objeto de estudo, e não o uso de uma qualquer língua artificial.

Neste trabalho de mestrado, a interpretação atribuída à consultoria linguística configura-se como um novo, porventura, inusitado contributo ao seu estudo e investigação. Ao contrário de recorrer a uma descrição convencional de aspetos, mais ou menos complexos, sobre a prática de variadas atividades em domínios da consultoria linguística, detém-se na elaboração de um ‘fazer teórico’¹⁰; nele se constitui a matriz conceptual dos fundamentos teóricos, isto é, o conjunto de indícios em que se suportam as reflexões que especulam acerca de fenómenos e problemas associados ao sistema linguístico, de domínios de tendência talvez mais abstrata, permitindo deles deduzir hipóteses, juízos, regras, orientações, soluções com o objetivo de constituir conhecimento novo ou complementar ao já existente. Mas que problemas linguísticos? Como sustenta Michel Meyer na sua “problematologia” «Os homens agem em função dos problemas que se lhes colocam e com os quais se devem enfrentar pelo simples facto de existirem. Neste sentido, o uso da linguagem é a resolução de problemas.» (Meyer, 1982, p. 129).

As reflexões que este estudo concebe poderem auxiliar, quer no trabalho académico, quer no trabalho em áreas profissionais de consultoria linguística, sustentam-se no princípio da “singularidade do problema” que determina – mesmo que originado em domínios de atividade prática sobre o uso da língua, o problema manifesta-se teórico na sua essência ou, dito de outra forma, a diferença que se verifica entre um e outro encontra-se: (i). no modo de o solucionar – resolver um problema prático exige, normalmente, que se resolva primeiro um problema teórico ou de investigação; (ii). na distinção que se estabelece entre o problema prático e o problema

¹⁰ Cf. com o «fazer fazer directo» e o «fazer fazer indirecto» em (Meyer, 1982, p. 129).

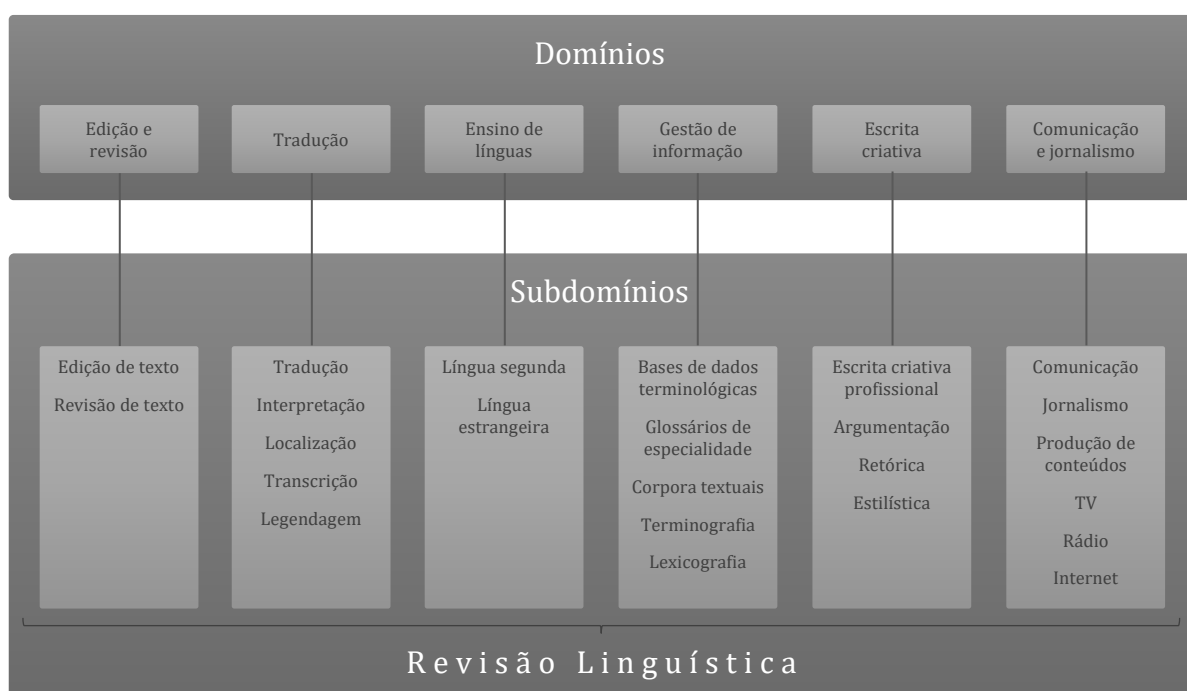
teórico: o primeiro ocorre de alguma circunstância no mundo, acarreta diferentes custos e pode ser resolvido agindo e eliminando a sua causa; o segundo ocorre quando não se compreende algo sobre o mundo, que pode ser resolvido através da resposta a uma questão que contribua para o compreender melhor (adaptado de Booth, Colomb, & Williams (2008, p. 53)). Aliás, esta parece constituir também a principal premissa para a generalidade dos trabalhos elaborados no âmbito da componente não letiva – concebem-se trabalhos em que se expressam problemas teóricos como um contributo para resolver problemas práticos.

Apesar de distintos, todos domínios e subdomínios (ver Quadros e figuras 1. Consultoria linguística: domínios e subdomínios) aqui atribuídos à consultoria linguística, no propósito de associar a atividade prática a entidades concretas, partilham a linguagem como um mesmo objeto empírico – constituída por dados linguísticos; caracterizada por um conjunto de propriedades definitórias gerais e universais; concretizada em atos de fala e de escrita; identificada pela dificuldade comum que representa interpretá-la e dela extrair um significado que seja igualmente partilhado. A importância que a linguagem configura para a consultoria linguística, no âmbito deste estudo, resulta no apelo à reflexão e no recurso a um segundo princípio – o “primado da linguagem” – que determina a relação de precedência do linguístico sobre o não-linguístico, não obstante, alguns dos trabalhos analisados proporem a primazia e uma atenção na investigação aplicada, nos dados e nas evidências do não-linguístico.

Quadros e figuras 1. Consultoria linguística: domínios e subdomínios

	Domínio	Subdomínios
Revisão linguística	1 Edição e revisão	A edição de texto e a revisão de texto
	2 Tradução	A tradução, a interpretação, a localização, a transcrição, a legendagem
	3 Ensino de línguas	O ensino de línguas (L2 e língua estrangeira)
	4 Gestão de informação	A gestão de informação em bases de dados terminológicas, em glossários de especialidade, em corpora textuais, a terminografia, a lexicografia
	5 Escrita criativa	A escrita criativa profissional, a argumentação, a retórica e a estilística
	6 Comunicação e jornalismo	A comunicação, o jornalismo, a produção de conteúdos, os suportes que veiculam informação (TV, rádio, internet)

Quadros e figuras 2. Consultoria linguística: domínios e subdomínios (diagrama)



A atenção atribuída, no contexto deste estudo, a esta noção de precedência da linguagem talvez justifique uma breve referência à sua aquisição e aprendizagem¹¹. Assim, pode afirmar-se, de um modo porventura demasiado simplificado, que o falante de uma dada língua compõe a sua base de conhecimento teórico e prático sobre a linguagem relativamente à fala e à escrita (o ler e o escrever), desde uma idade precoce e que continua por toda a vida. Naquilo que pode denominar-se de ‘percurso linguístico’, o falante adquire e desenvolve o conhecimento da fala na sua língua materna, o que, por sua vez, estimula o processo de aprendizagem da escrita. Uma experiência em que se recorre, não só, aos itens lexicais da língua alvo e à respetiva associação de significados e de interpretações que constituem a atividade linguística, em representação de entidades e objetos do ‘mundo real’, mas também, a uma multiplicidade de outros aspetos linguísticos e não-linguísticos que a complementam, influenciando o desenvolvimento de competências e contribuindo para o desempenho linguístico individual e coletivo. Consideram-se ainda alguns aspetos extrínsecos ao processo de aquisição e aprendizagem da linguagem associados a atribuições particulares como, por exemplo, a precocidade da exposição à língua, a aptidão

¹¹ Para mais informação ver, por exemplo, a perspetiva sobre o modelo inatista de aquisição da linguagem de (Costa & Santos, 2003).

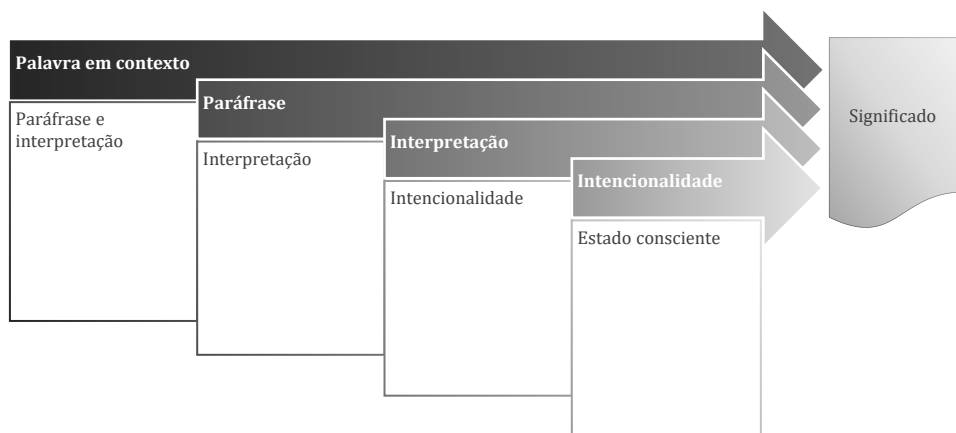
linguística, as estratégias de aprendizagem, a motivação inerente, os objetivos individuais, os juízos de desempenho, a idade, a personalidade, entre vários outros¹².

Quando se estudam determinadas particularidades das línguas naturais, um outro aspeto que importa conhecer e ter presente, mesmo correndo o risco de se poder estar a invocar uma perspetiva demasiado ‘fragmentada’, isto é, concebida apenas como um sistema de regras formais, diz respeito ao “conjunto de propriedades definitórias gerais e universais”, já antes mencionado e que, supostamente, estabelece os atributos comuns a todas as línguas naturais. De acordo com este tipo de entendimento, a linguagem: constitui um sistema simbólico, que à semelhança de outros sistemas comunicativos, associam formas a significados – *signo linguístico = forma + significado*; possui capacidade combinatória, resultado das suas unidades se combinarem para formar unidades maiores – *des + culpa = desculpa; desculpa + bil + iza = desculpabiliza; desculpabiliza + ção = desculpabilização*; compõem-se de combinações de sons, de palavras e de frases que representam uma infinidade de significados e de intenções; evidencia recursividade, pela capacidade de aplicação sucessiva de uma mesma regra – *o filho do amigo do pai do João*; exibe um carácter discreto, pela capacidade de isolar unidades – o contínuo que originam é segmentável em unidades discretas – *bem = b + e + m*; possui uma determinada linearidade/ordem, porque a combinação de unidades tem restrições de ordem e obedece a uma sequência – *bem vs. *meb / o gato comeu o pinto vs. *o pinto comeu o gato*; apresenta uma estrutura hierarquizada a diferentes níveis – estrutura de constituintes – morfológica: *[des[culpa[bil[iza[ção]]]]]*, sintáctica: *[[[o] [gato]] [[comeu] [[o] [pinto]]]]]*, silábica: *ga.to*; representa um sistema com dualidade, que pode combinar unidades desprovidas de significado, em número limitado, para formar unidades dotadas de significado, em número ilimitado; evidencia arbitrariedade numa associação não-motivada forma-significado (propriedades adaptadas de apontamentos obtidos na unidade curricular Aquisição da Linguagem (Licenciatura em Ciências da Linguagem – ano letivo 2013-2014)).

¹² Reflexão adaptada de apontamentos obtidos na unidade curricular Aquisição da Linguagem (Licenciatura em Ciências da Linguagem – ano letivo 2013-2014).

No que se refere ao conceito de 'língua natural', aquele que se equaciona aqui na perspectiva da consultoria linguística, entende-se mais como um fenómeno social que encontra no significado a sua principal função autónoma, não submetida a qualquer sistema de regras e, não tanto, como um conjunto propriedades linguísticas formais, abstratas e universais. Talvez por este motivo, o desafio que assume extrair o significado que o autor do texto idealiza; não constituindo tarefa fácil e evidente, nem mesmo para o consultor linguístico – o significado descreve-se como negociável, individual e subjetivo e de interpretação não formal e não universal. Nesta medida, para lá da forma, a interpretação corresponde a uma outra componente associada ao significado. Mas significado e interpretação não podem confundir-se – o significado constitui um fenómeno linguístico, enquanto a interpretação, que pode assumir-se como algo individual, pode ser considerada um ato cognitivo realizado enquanto falante e ouvinte (adaptado de Teubert, 1999, p. 7 e Teubert, 2004, p. 98). Efetivamente, no quadro teórico que Wolfgang Teubert preconiza para a “linguística de corpus”, a significação representa a principal função autónoma da linguagem, não constrangida pela obediência a um qualquer sistema de regras, que regularize o acesso e a extração do sentido das evidências linguísticas; o significado, que, no dia-a-dia, interessa aos falantes, resulta das interações simbólicas que realizam e, não propriamente, de aspetos de formulação ou de gramática. Forma e significado são inseparáveis – a forma só pode constituir-se 'signo' se possuir um significado – «Meaning is an integral part of language. Once we take meaning away, language ceases to be symbolic, to be language.» (Teubert, 2010, p. 10). O acesso ao significado ocorre, dado que surge parafraseado (definido) num texto, por via da interpretação (conotações e comentários), logo, parafrasear é um ato conotadamente humano (não computacional), que pressupõe intencionalidade – o significado é obtido por paráfrase e interpretação; a paráfrase pressupõe interpretação; a interpretação envolve intencionalidade; e a intencionalidade requer um estado consciente (ver Quadros e figuras 3. Esquema de obtenção do significado – adaptado de Teubert (1999, p. 10)).

Quadros e figuras 3. Esquema de obtenção do significado



Para além do entendimento que até agora se estabeleceu acerca do ‘percurso linguístico’, como algo que se assemelha a um processo incessante de edificação de blocos básicos da linguagem, por via da aquisição, aprendizagem e prática linguísticas, ao que tudo indica, ocorre também, de uma forma geral, variação, mudança e evolução na língua, pela sua inerente especificidade, imprevisibilidade, regularidade e repetitividade. Para mitigar este tipo de ambivalência, vai-se tentando desenvolver e aperfeiçoar uma certa estratégia de regulação relativamente ao uso que dela fazem os falantes e que se destina a estabelecer um nível padrão aceitável para os “desvios” de desempenho. Emitem-se juízos de gramaticalidade e de aceitabilidade, uns e outros, sustentando descrições de factos linguísticos que servem de fundamento a determinada ocorrência ou teoria, mas de recusa a qualquer incumbência reguladora; ou, opcionalmente, exprimem-se juízos de valor sustentados numa norma prescritiva que determina o uso “correto” da língua, que valoriza a convenção e o estilo e que contesta uma perspectiva de evolução e mudança linguística (adaptado de Morais (2015e)).

Constitui um facto habitualmente aceite, a investigação em linguística procurar também os efeitos que resultam de duas inevitabilidades latentes no desempenho linguístico e que os diferentes instrumentos de normalização linguística promovem: por um lado, a não interferência normativa no desempenho absoluto do falante e, por outro, a conveniência da regulação. Nesta perspetiva, a linguística estuda o próprio inventário lexical; a estrutura interna das palavras; o significado das palavras; as funções que as palavras desempenham na frase e as relações que com ela estabelecem;

a relação sintagmática de significado entre as unidades lexicais que indica coesão textual e contribui para estratégias opcionais de interpretação e desambiguação; a relação paradigmática de significado entre as unidades lexicais que revela o sistema de escolhas do falante ao codificar a mensagem; o nível fonético-fonológico da língua; entre vários outros. Uma vez mais, a primazia do linguístico sobre o não-linguístico e a sua relevância para a consultoria linguística – através de uma abordagem tendencialmente teórica à consultoria linguística adquire-se a prerrogativa de falar e de escrever acerca da fala e da escrita, tentando aperfeiçoar os seus desempenhos e fazer evoluir o conhecimento reflexivo sobre a própria língua como ‘instrumento-objeto’.

Dependendo do quadro teórico, os diferentes domínios e subdomínios que aqui surgem associados à consultoria linguística podem também surgir inseridos num campo de estudo interdisciplinar, orientado para a solução de problemas que envolvem a língua e os seus usos – a linguística aplicada. A função que pode caber à linguística aplicada constitui, eventualmente, uma fonte informação privilegiada, apesar de manifestar-se como um campo demasiado vasto e fragmentado como demonstra a sua dispersão por um conjunto de áreas temáticas multidisciplinares denominadas «Scientific Commissions» (Berns & Matsuda, 2006, p. 3). Umas mais estudadas, outras mais conjecturais e especulativas, todas destacam, a seu modo, a asserção comum de que a linguística pode fornecer indícios de relevância potencial no domínio prático e empírico. Aliás, o artigo de Berns & Matsuda (2006) «Applied Linguistics» sugere uma invulgar associação entre a linguística e a consultoria, por aparentar constituir uma alusão única, fora do âmbito deste mestrado. Nela descreve-se o “linguista aplicado” como um “consultor especialista” em tarefas variadas de consultoria linguística; alguém que ajuda a compreender os problemas e a encontrar soluções e que serve de mediador entre a *teoria* e a *prática* (adaptado, pp. 3-13).

Ainda no apoio à estratégia de abordagem ao tema deste estudo, à organização da sua estrutura argumentativa e à elaboração das reflexões nele incluídas recorre-se ao denominado padrão de organização e à seleção de alguns dos princípios que a perspetiva de Bazerman (2010) estabelece em «Common Patterns of Organizing Thought». Este “modelo de organização” divide, separando o problema nas partes que o compõem; especula, propondo novas perspetivas de abordagem e apresentando as

suas consequências; sistematiza, concebendo um modelo especulativo geral – os fundamentos teóricos, mostrando como se adequa ao conhecimento existente e antecipando os resultados (adaptado, p. 282).

I. 3. Outro perfil de reflexões

Este estudo exploratório introduz ainda um conjunto de reflexões de perfil aparentemente marginal ao tema aqui apresentado, razão pela qual se inclui na secção Anexos. Contudo, em virtude do entendimento que dele resulta poder oferecer uma outra variedade de indícios e alargar a perspetiva sobre a investigação em consultoria linguística, considera-se, de igual modo, relevante no objetivo comum de constituição de conhecimento a que este estudo se propõe.

Destas reflexões fazem parte: o ponto «4. Os regulamentos do mestrado», em que se analisam e circunscrevem os aspetos regulamentares e formais da teoria e da prática que é suposto os estudos desenvolverem; o ponto «5. O nome do mestrado» em que, num exercício puramente conjectural, se tenta decompôr a estrutura nominal do nome do mestrado e analisar cada uma das expressões nominais coordenadas que o constituem, tentando inferir alguns indícios sobre o seu significado e especular sobre a essência do curso de mestrado; o ponto «6. A pesquisa, seleção e organização da bibliografia» em que se reflete acerca da pesquisa, seleção e classificação temática de fontes bibliográficas, atividade que envolve selecionar e organizar os dados, as evidências e os argumentos dispersos em estudos de consultoria linguística anteriores, bem como as contribuições de outras fontes e recursos, reunindo tudo, numa unidade considerada essencial à compreensão da importância dos fundamentos teóricos no sustentar da investigação em consultoria linguística, quer para este estudo, quer para estudos futuros.

«Intellectual understanding is one of the best versions of the Golden Rule: Listen to others as you would have others listen to you.» (Wayne Booth como citado em Booth, Colomb, & Williams (2008, p. xvii)).

II. 1. O âmbito académico e profissional

Os trabalhos desenvolvidos no âmbito académico da consultoria linguística para o português europeu constituem o resultado de um ainda limitado exercício teórico de investigação. Nas suas perspetivas os trabalhos revelam dificuldades e questões condicionadas, quer pelas abordagens funcionais que adotam, quer pelo seu vínculo a uma atividade profissional, umas vezes, antecipado, outras, efetivo, mas à qual, os interesses dos seus respetivos autores se confinam. Tais perspetivas afastam-se da investigação fundamental e conduzem, de forma precoce, mas inevitável, a um outro tipo de compromissos com objetivos, sobretudo, não académicos.

No âmbito não académico, a consultoria linguística aparece associada a um conjunto alargado de domínios e subdomínios de atividade profissional já antes referidos; uma atividade em que se recorre, quer à caracterização empírica – observação e experimentação – para descrever determinada dificuldade ou ocorrência e se exigem determinadas evidências, quer à caracterização intuitiva¹⁴, mais ou menos convicta, dependendo do nível de experiência prática dos profissionais consultores linguísticos, revelada numa interpretação pessoal acerca dessa mesma dificuldade.

O recurso à análise de estudos e trabalhos publicados, académicos ou outros, permite elaborar generalizações sobre a essência das dificuldades originadas em diversas atividades e áreas profissionais associadas à consultoria linguística. Observa-se, nesta circunstância, que a tipologia das dificuldades encontradas – que alguns dos candidatos a consultor linguístico ou, até mesmo, os consultores linguísticos profissionais assinalam, sejam eles revisores, editores ou tradutores – aparenta

¹³ Ver na secção Anexos o ponto «6. A pesquisa, seleção e organização da bibliografia».

¹⁴ Note-se que, em nenhuma circunstância, o recurso à observação permite demonstrar que tal protagonista possui tal intuição (cf. Sampson & Babarczy (2014, p. 243)).

decorrer de um interesse por aspetos funcionais e operacionais não-linguísticos associados à consultoria linguística.

Presumivelmente, o consultor linguístico dá primazia à resolução daquilo que considera serem as suas dificuldades primárias em que se concebem: aspetos operacionais – os domínios da ‘edição e revisão’ e da ‘tradução’, por exemplo, reclamam regulamentação, formação ou reconhecimento da profissão; aspetos associados à própria atividade profissional que constituem as dificuldades práticas e empíricas relacionadas com uma variável adequação linguística – a correção e a consistência ortográficas, a uniformização de estilo, através do recurso preferencial a manuais de organização e de aplicação de boas práticas de revisão de texto, edição de texto ou tradução.

Ao mesmo tempo, dissuade-se o recurso aos fundamentos teóricos, em sentido estrito, que aqui se concebem como uma valência na resolução de problemas mais teóricos, relacionados concretamente com o uso da língua, problemas que ocorrem, a todo o momento e revelam construções irregulares específicas, ou seja, casos particulares de variação e de usos desviantes¹⁵ – o problema teórico linguístico constitui o vínculo comum a todos os domínios de atividade e um fundamento da consultoria linguística. O arredo dos fundamentos teóricos, seja em trabalhos académicos, seja em pleno desempenho da atividade profissional de consultor linguístico, ocorre, porventura, ao admitirem, por antecipação, ser este um tipo de situação que cumpre, em exclusivo, à gramática normativa estudar e solucionar.

De facto, as soluções para problemas relacionados com o uso da língua, por muito discernimento que manifestem, são difíceis de conceber e, pior ainda, de sustentar com convicção, através de argumentos e evidências. Já os juízos acerca do uso que se faz ou não faz da língua, tendem a constituir perspetivas indefinidas, valorativas e arbitrárias associadas a objetivos individuais, seja pelas reservas atribuíveis ao juízo, seja pelas particularidades inerentes à língua, como sugere Geoffrey Sampson «Judgements about language, and language itself, are

¹⁵ A título ilustrativo, como nos contextos em que ocorre *porque*, *por que* e *porquê* ou na concordância verbal em número com sujeitos gramaticais de estrutura de quantificação. Para outros exemplos ver (Peres & Mória, 2003).

unquestionably related topics, but the relationship is complicated and not well understood. It is certainly not direct.» (Sampson, 2014, p. 250).

Aliás, encontra-se esta mesma tendência em alguns grupos da bibliografia de referência¹⁶ utilizada neste projeto, nomeadamente, numa parte dos trabalhos académicos e dos manuais em português do Brasil, em inglês e em francês, que se dedicam ao estudo de aspetos específicos ligados à revisão de texto, à edição de texto e à tradução. Neles se descrevem aquelas situações práticas com as quais os profissionais consultores linguísticos – editores, revisores, tradutores ou outros, aparentemente, se confrontam todos os dias; se determina o nível de complexidade das dificuldades primárias, nem sempre linguísticas, que ocorrem; se constituem hipóteses possíveis; e se oferecem alternativas individuais para a resolução das dificuldades. O que estiver para lá de um certo limiar de complexidade, entenda-se, tudo, o que de irregular e de variação, as situações concretas de uso da língua manifestarem e em que o âmbito da sua solução se afaste de uma certa função temática utilitária, corresponderá, porventura, a fundamentos teóricos e, portanto, a abordagens que exigem o recurso a juízos individuais, a instrumentos normativos e a estudos linguísticos, mas que se encontram, alegadamente, fora do seu escopo.

Todas estas generalizações e as convicções nelas expressas a propósito do estado da arte sustentam-se na leitura prévia de um conjunto de trabalhos selecionados para este estudo e agrupados nos dois subcapítulos seguintes: em «II. 2. Estudos académicos de consultoria linguística» apresentam-se os trabalhos desenvolvidos no âmbito do mestrado em Consultoria e Revisão Linguística; e em «II. 3. Outros estudos» apresentam-se outros trabalhos académicos desenvolvidos em diferentes contextos e cuja língua não é o português europeu.

II. 2. Estudos académicos de consultoria linguística

Atente-se, então, em algumas particularidades que ressaltam dos estudos desenvolvidos no âmbito deste mestrado, em que parece predominar a investigação

¹⁶ Ver na secção Anexos o ponto «7. Fontes bibliográficas agrupadas tematicamente», em particular, os recursos nos grupos: «7.3. Guias temáticos; 7.4. Outros instrumentos (enciclopédias, livros de estilo, normas); 7.5. Trabalhos de âmbito académico».

aplicada, sobretudo, nas duas opções condicionadas às quais o regulamento interno atribui maior vocação prática: o trabalho de projeto, que na sua modalidade (2.) contempla a realização de um trabalho que demonstre «uma aplicação original dos conhecimentos e competências adquiridas»; e o estágio com relatório, que contempla, entre outros aspetos, uma alusão «aos problemas teóricos ou metodológicos», mas em contexto de estágio no «desempenho de funções de carácter profissional que envolvam a aplicação prática de conhecimentos teóricos»¹⁷. Em relação à opção «dissertação», ela surge mais associada à investigação fundamental, em que prevalecem os estudos de âmbito teórico, apesar de poderem encontrar-se alguns estudos de tendência mais aplicada.

Trabalhos de projeto

A essência das principais conclusões encontradas no conjunto dos trabalhos de projeto sintetiza propostas que incidem, essencialmente, sobre a prática de revisão: a necessidade de formação específica para o revisor e a importância da constituição de uma associação dos revisores em Fidalgo (2014), Marques (2014) e L. Pereira (2016); a falta de estabilidade e consenso relativamente aos conceitos ‘revisão’ e ‘revisor’, a ausência de regulamentação específica para o setor e a necessidade de promover vínculos entre a vertente académica e a vertente da prática profissional em Fidalgo (2014) e L. Pereira (2016); a escassez de trabalhos sobre a prática de revisão e a pouca visibilidade da profissão de revisor como fator de desvalorização da atividade em Fidalgo (2014); e a insuficiente quantidade de instrumentos de normalização linguística disponíveis, em particular, para o português europeu em Marques (2014).

Relativamente às perspetivas de cada um dos trabalhos de projeto, Fidalgo (2014) identifica algumas necessidades no domínio da «revisão de textos técnicos traduzidos para o português europeu» e destaca a conveniência: de mais cursos superiores na área da revisão; de mais instrumentos de «padronização revisória» atualizados que auxiliem os revisores; de mais investigação que reflita sobre o processo de revisão de textos, tudo contributos com o objetivo de permitir mais

¹⁷ FCSH-UNL. (19 de outubro de 2016). *Normas regulamentares [internas] dos cursos de mestrado*. Obtido de Intranet Alunos: Informação Académica/Mestrados/Normas Regulamentares dos Cursos de Mestrado/Normas Regulamentares Internas.

visibilidade ao trabalho de revisão, de valorizar atividade do revisor de texto e de ampliar o seu conhecimento teórico. Na tentativa de atenuar algumas das lacunas encontradas, nenhuma delas verdadeiramente linguística, o trabalho propõe e elabora um guia prático para o revisor.

Por seu lado, Marques (2014) apresenta a estrutura de um futuro¹⁸ manual do revisor de texto destinado aos revisores portugueses, como um contributo para atenuar a falta de manuais sobre a revisão profissional, para combater o grau de «amadorismo» e de «empirismo» que, de acordo com o autor, caracterizam a profissão e, ainda, para aumentar o reconhecimento formal da atividade. Não obstante um certo regozijo relativo ao aumento da influência de uma «formação especializada, tanto profissional quanto académica» sobre a revisão como atividade prática, este autor, que também se afasta de aspetos concretos estritamente linguísticos, revela como principais lacunas e insuficiências a ela associadas: a exigência de melhorar essa mesma formação; a necessidade de um enquadramento para a atividade de revisão; o imperativo de um reconhecimento social da profissão; a inexistência de uma associação profissional dos revisores; o número exíguo de manuais sobre a atividade de revisão; a falta de iniciativa dos próprios revisores.

No que concerne ao trabalho de L. Pereira (2016), ele analisa os conceitos de ‘revisão’ e de ‘revisor’, a formação, as competências e os limites de intervenção do revisor; associa a formação académica e a experiência profissional e elabora um inquérito a revisores profissionais do distrito de Lisboa, tudo de modo a tentar demonstrar a importância de constituir, sistematizar e estabilizar as definições de cada um dos dois conceitos. No capítulo «I. 1. Fundamentação teórica para a realização deste projeto» utiliza a designação «fundamentação teórica»¹⁹ para problematizar aspetos não-linguísticos de âmbito funcional e operacional relacionados com a profissão de revisor; recorre a pouco mais de uma dezena de trabalhos, na sua maioria, em português do Brasil, de diferentes autores e conclui «que há alguns aspetos comuns a todos, nomeadamente o facto de todos mencionarem que existe falta de

¹⁸ Manual que, até à data de início deste trabalho de projeto, parece não ter sido possível de concretizar.

¹⁹ Note-se como a perspetiva de «fundamentação teórica» proposta em L. Pereira (2016, pp. 2-6) se distingue daquela que aqui se sugere para “fundamento teórico”.

reconhecimento da profissão, de regulamentação, a ausência de uma associação ou sindicato ou mesmo um grupo de investigação.» (p. 6).

Uma alusão a propósito da relação de uma eventual insuficiência na robustez do quadro teórico, que este estudo assume, com a presumível escassez na quantidade de trabalhos académicos produzidos, que outros trabalhos assinalam. Na perspetiva aqui defendida, o atributo da escassez *versus* abundância parece constituir talvez um aspeto menos significativo, por se encontrar dissociado da qualidade dos trabalhos desenvolvidos; a pertinência teórica e informacional dos trabalhos em consultoria linguística, isto é, a sua maior ou menor robustez, não é diretamente proporcional à sua quantidade – um maior número de trabalhos pode não significar um aumento da sua qualidade.

Relatórios de estágio

A entidade de acolhimento, o tipo de estágio e as funções atribuídas ao estagiário constituem fatores determinantes nos resultados obtidos por esta modalidade. Ainda que resultem na descrição do mesmo ponto de vista prático encontrado, em geral, nos trabalhos de projeto atrás referidos, os relatórios de estágio de C. Pereira (2015), Araújo (2014), Pacheco (2013), Mateus (2013) e Pinto (2013) parecem dar mais atenção a um padrão de dificuldades concretas de âmbito estilístico e linguístico associadas ao próprio processo de revisão, em que se referem, por exemplo: o uso da Norma e as áreas associadas à normalização linguística; a verificação da ortografia; a identificação de problemas de concordância; a uniformização de maiúsculas e minúsculas; a verificação da pontuação e de sinais diacríticos; o uso de empréstimos ou estrangeirismos, entre várias outras.

Particularizando cada um dos relatórios – C. Pereira (2015), nas funções que lhe foram atribuídas, procede a «uma análise linguístico-textual em contexto de revisão editorial» que incide sobre o estudo de dois objetos distintos: o primeiro decorre da revisão de duas obras propostas pela entidade de acolhimento, com o propósito de localizar e recolher os “desvios” à norma padrão e fundamentar as sugestões de revisão referidas em alguns instrumentos de normalização; o segundo decorre de uma análise textual e discursiva a alguns textos do género ‘prefácio’ com o propósito de demonstrar a presença de outras dimensões de análise na revisão, para lá da linguística.

Enquanto estagiário num departamento editorial de manuais escolares, Araújo (2014) descreve as principais funções desempenhadas. Reflete sobre o acompanhamento de todo o processo de edição, da conceção à produção de originais; as fases de tradução, de revisão tipográfica e linguística de provas e a revisão de infografias e ilustrações. Define ainda um estudo de caso sobre a importância da pontuação como um subsistema de escrita.

Já Pacheco (2013), na sequência do desempenho de diversas atividades de revisão de texto num jornal semanário, reflete sobre as dificuldades do trabalho e da função de revisor, nomeadamente, «a correção de gralhas, de pontuação, a substituição de repetições de palavras por sinónimos, a uniformização de maiúsculas e minúsculas, a verificação de concordâncias [«sujeito-verbo, com sujeitos compostos e com estruturas de quantificação complexa»], o tratamento de estrangeirismos, bem como de alguns empréstimos».

Em relação ao relatório de Mateus (2013)²⁰, ele parece dar conta da atividade desenvolvida no âmbito de funções de análise e revisão linguísticas num conjunto de textos, através da verificação da ortografia, da pontuação, da sintaxe, de redundâncias e outras dificuldades.

No âmbito da atividade de revisão linguística em diversos tipos de texto, Pinto (2013) desenvolve um trabalho de revisão de provas suportado na variante do português europeu, na sua norma culta; recorre a instrumentos de normalização linguística, os quais utiliza, quer para identificar problemas de concordância, de regência, de correta colocação do pronome, de formação de frases complexas, de uso de locuções conjuncionais, quer para efetuar uma análise crítica e assinalar insuficiências e limitações em alguns dos seus conteúdos.

Dissertações

A terceira modalidade do mestrado analisada corresponde aos trabalhos de dissertação de Campos (2016), Rosa (2015), Valério (2014), Adriano (2014) e Vasconcelos (2013). Comparativamente às outras duas modalidades, as dissertações

²⁰ Relatório de estágio não disponível no repositório da Universidade Nova de Lisboa.

parecem dar uma maior primazia à análise e crítica teórica sobre o funcionamento e o uso da língua portuguesa, em alguns casos, valorizando os aspetos teóricos linguísticos em detrimento de outros fatores mais empíricos associados a domínios de atividade em consultoria linguística.

A descrição destes trabalhos inicia-se com a atenção que dedicam e partilham as duas propostas de Campos (2016) e Adriano (2014), na identificação de problemas com origem em divergências linguísticas entre as variantes regionais atestadas pelos usos efetivos das produções de falantes do português de Angola e norma do português europeu, aí definida como padrão. De acordo com estes autores, a grande variação que esta variedade manifesta em relação ao português padrão fica a dever-se à ausência de uma norma local estabelecida e precisa. Individualmente, e para o demonstrar, enquanto a perspetiva de Campos (2016) recorre à análise de «Estruturas de complementação verbal finita no português em Angola», já Adriano (2014) investiga «Os casos da cliticização e da regência verbal».

Um outro grupo de autores prossegue uma perspetiva teórica distinta da anterior. Enquanto Rosa (2015) defende uma transposição dos princípios teóricos do Interacionismo Sociodiscursivo para a prática da revisão de texto, suportada na noção de *padrão discursivo*, apresentando novas perspetivas de análise do texto e de géneros textuais, já Valério (2014), por sua vez, centra o seu tema no estudo de géneros textuais, em particular, na caracterização do género 'glossário', recorrendo, quer ao contributo da descrição lexicográfica, quer usando contextos não lexicográficos. Realça, ainda, a função do glossário como instrumento de normalização, no âmbito da «consultoria e revisão linguísticas».

Por último, o trabalho de Vasconcelos (2013) reflete sobre a variação registada em estruturas linguísticas que utilizam o clítico 'se', sobretudo, os casos de concordância com 'se' nominativo e 'se' passivo e a presença/ausência de 'se' anticausativo e 'se' inerente, de modo a complementar dados do mesmo tipo disponibilizados por alguns instrumentos de normalização.

Uma boa parte dos conteúdos apresentados pela generalidade dos trabalhos já desenvolvidos no âmbito do mestrado em Consultoria e Revisão Linguística, para as modalidades trabalho de projeto, relatório de estágio e dissertação, parece coincidir em tudo o que propõe a respeito da relevância atribuída à componente prática da

consultoria linguística e nas reiteradas convicções acerca da importância dos contributos de uma orientação empírica para o avanço do conhecimento na área. A utilidade de uma perspectiva teórica e linguística mede-se, não pelo seu maior ou menor grau de abstração, mas antes pelo vínculo concreto que ela permite estabelecer com situações efetivas de aplicação, ou seja, sobretudo naqueles contextos em que uma determinada perspectiva teórica ou teórico-prática evidencie a sua potencial utilidade aplicada e se articule com a perspectiva prática, em função de áreas específicas e domínios de atividade profissional.

II. 3. Outros estudos

Não obstante a atenção deste estudo se concentrar no essencial da investigação produzida no âmbito do mestrado em Consultoria e Revisão Linguística para o português europeu, efetivamente, o estudo e a investigação da consultoria linguística em outras línguas como o português do Brasil, o inglês ou o francês desenvolve-se num contexto bastante mais alargado e representa um horizonte temporal mais vasto. Dada a importância de se perceber como se concebe a consultoria linguística fora do âmbito deste mestrado, justifica-se uma breve alusão a um outro grupo de estudos e aos seus quadros teóricos.

A primeira obra considerada constitui uma publicação em livro digital e resulta do trabalho académico de Risoleide Freire de Oliveira. Em Oliveira (2016) a autora apresenta o seu contributo para a compreensão do modo como os profissionais concebem e praticam a revisão de texto. Com uma certa orientação linguística, recorre a diferentes conceitos, como ‘interação’, ‘enunciado’, ‘exotopia’, presentes na teoria dialógica de Mikhail Bakhtin e àquilo que emerge dos diferentes géneros discursivos, para estudar os fenómenos de interação entre autor e revisor no processo de revisão.

Na sua dissertação de mestrado Barbosa (2012) desenvolve um estudo sobre a atividade de revisão textual de material didático utilizado em cursos de graduação e pós-graduação, no âmbito da modalidade de Ensino à Distância, em que considera, não só, a dimensão textual e a sua «materialidade», como também, aspetos discursivos, o contexto académico em que se insere a atividade, o tipo de leitores destinatários e o vínculo com os seus autores.

Num artigo híbrido, no âmbito de estudos filológicos e linguísticos, Costa, Rodrigues, & Pena (2011) combinam duas reflexões teóricas, uma sobre a revisão, o revisor e a linguística e a outra sobre géneros discursivos e gramaticalização, com uma recensão crítica sobre dois manuais²¹. Neste trabalho estes autores abordam, em particular, a revisão de textos e a tradição gramatical; a revisão de textos e as áreas relacionadas com a linguística; o desempenho e a formação do revisor; a aplicação dos conceitos 'género discursivo' e 'gramaticalização' ao desempenho e à formação do revisor.

Num artigo intitulado «Da revisão de texto à revisão de texto crítica: uma nova perspectiva profissional» Rocha & Silva (2010) apresentam uma reflexão crítica sobre a revisão de texto tendo por sustentação estudos que envolvem a análise textual e que utilizam a Análise de Discurso Crítica²² e a Teoria dos Géneros Discursivos²³. Ao longo do trabalho, os seus autores tentam responder às seguintes questões: «A que se propõe um revisor? Que tipo de trabalho ele desenvolve? Quais são suas intenções na correção de uma obra? Que tipo de material teórico norteia essa revisão? Qual o seu objetivo ao revisar um texto?».

A concluir esta breve revisão de outros estudos, a obra de Bisaillon (2007) que apresenta vários aspetos teóricos e práticos sobre a revisão e a reescrita em contexto profissional. Nela se reúnem trabalhos, análises e reflexões e se descreve a revisão de texto através de diferentes perspetivas: umas aplicadas (profissionais) – como a da edição e da tradução; outras teóricas – como a da linguística e da psicologia cognitiva. Também aqui se coloca e se tenta responder a algumas das questões, sobretudo, em relação: aos objetivos colocados ao revisor e aquilo que o leva a rever e a decidir as alterações aplicar ao texto; à influência do leitor nas alterações recomendadas; aos tipos de revisão praticada; aos limites entre revisão e reescrita; ao lugar ocupado pelo

²¹ *O Manual do revisor* de Luiz Roberto Malta (2000) e *Além da revisão: critérios para revisão textual* de Aristides Coelho Neto (2008).

²² Fairclough, N. (2001). *Discurso e mudança social*. Brasília: UNB. e Fairclough, N. (2003). *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge.

²³ Bakhtin, M. (1997). *Estética da criação verbal*. São Paulo: M. Fontes e Marcuschi, Luiz A. (2002). Géneros textuais: definição e funcionalidade. Em A. P. Dionísio et al. (Org.). *Géneros textuais & ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna.

revisor no mundo da Web; ao papel desempenhado pelo tratamento de texto no trabalho de revisão.

Apesar de não ter sido esse um critério que tenha orientado a sua seleção, o conjunto de estudos incluído neste subcapítulo partilha perspectivas teóricas próximas da área da análise textual e discursiva, aliás, um pouco à semelhança do que acontece em alguns trabalhos referidos no subcapítulo anterior. De igual modo, a vocação aplicada, que os estudos atribuem à consultoria linguística e, de um modo particular, à revisão de texto e ao revisor profissional, constitui um outro indicador de princípio e de similaridade com os trabalhos desenvolvidos para o português europeu.

Duas últimas notas: a primeira para mencionar um outro conjunto de fontes²⁴ no qual se efetuou uma pesquisa ao termo *linguistics* (ver Quadros e figuras 4. Frequência do termo ‘linguistics’ por fonte bibliográfica). Resulta que o termo apenas surge referido em duas fontes e a suportar descrições não-linguísticas, facto que sugere ou, pelo menos, permite especular sobre as orientações e as tendências não-linguísticas de uma comunidade profissional, nos domínios da consultoria linguística; a segunda, para referir que a associação recente da consultoria linguística a áreas teórico-práticas de investigação académica ou de domínios aplicados de estudo não académico proporciona o recurso à tecnologia *web* disponível, como instrumento de apoio à pesquisa e recolha de informação. Neste sentido, uma pesquisa exata pela designação “consultoria linguística” através do motor de busca da *Google*, devolve, só para Portugal, doze páginas de resultados, e para todos os países, mais de quarenta mil resultados. A verificação não exaustiva de resultados revela, na generalidade, uma forte ligação da expressão a domínios de atividade profissional.

²⁴ Por motivos de economia de espaço essas fontes não são aqui analisadas, mas como constituem trabalhos de referência sobre o tema da consultoria linguística para o inglês, elas fazem parte da seleção de fontes bibliográficas agrupadas tematicamente.

Quadros e figuras 4. Frequência do termo 'linguistics' por fonte bibliográfica

Fonte	Freq.
Anderson (1990)	0
Butcher, Drake & Leach (2006)	8
Gilad (2007)	0
Lobb (1998)	0
Mossop (2014)	0
Smith (2003)	1
Sullivan & Eggleston (2006)	0

CAPÍTULO III: ELEMENTOS METODOLÓGICOS

III. 1. A abordagem

Se fosse para atender unicamente aos aspetos metodológicos envolvidos no estudo elaborado no âmbito deste trabalho de projeto, porventura até nem se justificasse a alusão à noção de metodologia e a inclusão deste capítulo fosse dispensável, isto, porque, simplesmente, o estudo não está suportado no modelo convencional de uma metodologia científica que inclua todos os seus critérios: parâmetros de investigação, natureza do estudo, tipo de metodologia, amostra, técnica de análise, recolha de dados, justificações e, eventualmente, outros que possam ser considerados. Ou, talvez, nem sequer necessitasse de um tal suporte. Para poder ser assim considerado, um estudo deve estar ancorado, senão em todos, pelo menos em algum tipo de elementos metodológicos que sirvam de critério à organização e sistematização do seu conteúdo. Como este foi um dos princípios através do qual se tentou regular a sua elaboração, achou-se, por isso, necessário e conveniente incluir neste capítulo uma alusão as essas opções, dando a conhecer a especificidade e as limitações da abordagem metodológica utilizada e tentando evitar pontos de vista demasiado pessoais ou outros que possam, de algum modo, enviesar ou perverter os resultados e as conclusões esperadas no estudo.

III. 2. Iniciado em investigação

Research is a complex, multifaceted activity, such that it is not easy to provide novice researchers with relevant procedural knowledge without overwhelming and thus disempowering them. Furthermore, even though acquiring research expertise may well be a life-long process, we simply cannot hold back with our first investigation until we have learnt every relevant detail. (Dörnyei, 2011, pp. 9-10)

Introduzir os «Elementos metodológicos» com um tal ponto de vista sobre o investigador, mais se assemelha uma declaração de exclusão de responsabilidade de um iniciado. Mas aquilo que Zoltán Dörnyei parece querer enfatizar na sua mensagem mostra, acima de tudo, a importância que o estudo e a investigação representam, na interpretação de um psicolinguista e estudioso da aquisição de segunda língua e, não tanto, o que os “detalhes relevantes” da investigação possam ter de inacessível e

enfadonho. Não obstante as dificuldades próprias que se prendem, quer com a transmissão, quer com a aquisição de um tal conhecimento ao longo da vida, como se sabe, elas não são exclusivas da investigação, mas antes comuns a outras áreas do saber.

Talvez as dificuldades do iniciado resultem de desconhecimento, ou de um conhecimento incompleto, ou até, de falhas de compreensão sobre as consequências de evitar ou, por vezes, ignorar a investigação académica e os seus procedimentos, mas o simples facto de se ousar abordar o assunto demonstra que se está empenhado em melhorar esse conhecimento. O imenso desafio que o iniciado parece enfrentar em todo este processo, mesmo quando coloca questões e as problematiza, quando apresenta razões e recolhe evidências, quando constitui argumentos e os confronta, será, porventura, o de conseguir que o resultado não se transforme, aos olhos dos seus leitores, num enredo de simples declarações de intenções, por motivo da sua singular inexperiência.

III. 3. A investigação académica

A investigação académica utiliza um conjunto de conceitos que são relevantes qualquer que seja, a área científica, o tipo de investigação, o tipo de estudo ou o tema do estudo. Um par de conceitos considerado essencial revela a distinção entre: a investigação fundamental ou teórica – ajuda a compreender melhor algo, disponibiliza conhecimento factual novo e revela lacunas no conhecimento científico; e a investigação aplicada – ajuda a resolver um problema prático, mas que, ao contrário do anterior, não disponibiliza conhecimento novo e não revela lacunas no conhecimento científico.

Observe-se aquilo que perspetivas diferentes distinguem no vínculo conceptual e na função do par de palavras ‘problema’ e ‘questão’. De uma perspetiva da filosofia da linguagem, Meyer (1982) formula uma lei geral que institui uma relação distintiva entre os pares problema-solução e questão-resposta, sendo esta «a unidade fundamental da linguagem [que] deve indicar-se formalmente e com clareza» (pp. 129-130). Com efeito,

- 1) o uso da linguagem é a resposta a um certo problema . . .

- 2) a oposição solução/problema corresponde à oposição explícito e implícito ...
- 3) apelar para o explícito é pôr em forma . . . [o que] indica a diferença problemas/soluções . . .
- 4) Quando se responde a um problema expressando-o, esta resolução . . . indica-se formalmente *como* resolução parcial (p. 130).

Booth, Colomb & Williams (2008) seguem o mesmo juízo especulativo, desta vez, em relação, especificamente, à investigação académica e argumentam que a *questão* levanta um *problema*, apenas e só, quando a sua não resposta significa o não conhecimento de algo ainda mais importante que a própria resposta (p. 36).

A palavra ‘problema’ designa aqui uma noção também considerada transversal à investigação, que surge associada a dois outros atributos: o ‘conceptual’ confere-lhe um perfil mais abstrato e o ‘prático’ confere-lhe uma orientação mais aplicada. O problema conceptual, à semelhança, aliás, do que acontece também com o problema prático, nem sempre corresponde a um traço explícito, logo, nem sempre os seus indícios se revelam a coisa mais fácil de encontrar ou de obter. A sua identificação exige o uso de procedimentos sistemáticos e implica tempo de reflexão no estudo de algo que, no caso da investigação aplicada, até pode ser conhecido, mas que não é de todo óbvio. Por outro lado, aquilo que a investigação procura num problema corresponde, em grande medida, à sua originalidade, ou melhor, tudo o que de ousado e de inovador a sua solução terá para oferecer à comunidade, num dado momento; evidências que, até aí, nunca haviam sido reveladas, resultados nunca antes enunciados; portanto, será, certamente, um ato primordial, que não pode encontrar-se em outro lugar que não seja no saber e no modelo criativo do estudo e da investigação.

Daí o recorrente “equívoco do iniciado” que toma o título/tema pelo problema ou então, simplesmente, o evita por ser esta uma palavra de sentido pouco abonatório em língua corrente, o que, por vezes, é ainda pior. Mas se, porventura, ele arrisca e formula o problema, então, pode significar que na sua abordagem, a solução procede a uma recolha e seleção de dados de investigação, de modo indefinido e em quantidade ilimitada; e quando surge a dúvida, que dados incluir no trabalho? acaba por considerar tudo aquilo que encontra, para “jogar pelo seguro”, num processo árduo e infundado.

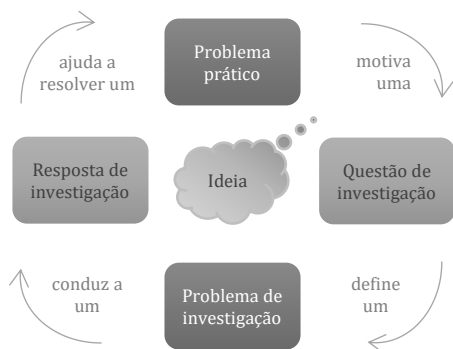
Numa área da construção do conhecimento em que a dúvida se revela a todo o tempo precoce e “ameaçadora”, reconhecer a existência de uma tal realidade e

conseguir distinguir as suas particularidades representa, sem dúvida, um imenso primado, mas também o desafio extremo dirigido ao iniciado.

Coloca-se ainda a dúvida de saber para quê procurar algo e ter que refletir sobre a sua essência, quando, muitas vezes, a solução até se afigura tão óbvia? – Com efeito, a relação daquilo que se julga serem problemas, mesmo quando sustentados em poucas evidências, constitui sempre uma lista de tal modo extensa e as soluções que sugerem parecem ser de tal modo relevantes e essenciais, num dado enquadramento ou numa dada atividade, que se justifica plenamente qualquer desvio que evite, quer a inconveniente alusão a conceitos mais opacos, com origem numa investigação tendencialmente teórica e formal, quer a necessidade de ter de conhecer e dominar a ‘complexidade’ da sua aplicação. Portanto, o melhor mesmo talvez seja recorrer a argumentos comuns e a evidências que se encontram a uma outra “dimensão”, seja ela, a prática de uma atividade profissional ou outra, na tentativa de evitar o esquivo problema e as “inoportunas” dúvidas que ele sempre coloca.

O problema pode até ser árduo de vislumbrar fora dos horizontes de um saber absoluto e eclético, todavia, identificar e formular um problema de modo adequado pode resultar também de ideias simples e de coisas banais. Muitas vezes, é o problema que a questão levanta, desde que bem concebida, o princípio que o redefine como um problema conceptual ou de investigação e que permite melhor controlar e limitar o acesso a dados, através da atenção apenas naquela informação que pode contribuir para uma resposta adequada e uma solução convincente (ver Quadros e figuras 5. Relação problema prático / problema de investigação – adaptado de Booth, Colomb, & Williams (2008, p. 53)).

Quadros e figuras 5. Relação problema prático / problema de investigação



– A investigação estabelece o problema, que revela a questão, que proporciona solução. Quaisquer que sejam as atribuições de um problema conceptual, revela-se essencial que a sua resolução seja sempre sustentada numa teoria com pretensões razoadas em fundamentos sólidos e em evidências credíveis, teoria que, a todo o tempo, possa também ser contestada (ver Quadros e figuras 6. Sustentar / contestar o problema – adaptado de Booth, Colomb, & Williams (2008, p. 113)) e que, acima de tudo, se desapegue de questões de interesse pessoal ou individual e se afirme e encontre a sua relevância nas expectativas de uma comunidade alargada²⁵.

Quadros e figuras 6. Sustentar / contestar o problema



III. 4. Outros elementos a considerar

A leitura da bibliografia de referência permite constatar o empenho de alguns autores em tentar validar e estabilizar os dados terminológicos – conceitos, designações, definições – associados à consultoria linguística, com um propósito “normalizador”. Embora, na condição em que se encontra a investigação em consultoria linguística para o português europeu, constitua ainda um ato pouco profícuo empreender na pesquisa de vestígios que seja, de uma tal estabilização, tenta-se aqui dar continuidade a esse compromisso. Este estudo prossegue uma mesma linha geral de reflexão²⁶. Antecipa-se a importância que os dados terminológicos podem constituir para o evoluir da investigação em consultoria linguística, sobretudo, por aquilo que os novos argumentos sobre conceitos, designações e definições circunscrevem e elucidam acerca do tema abordado e por serem considerados

²⁵ Reflexão inspirada em Booth, Colomb, & Williams (2008, p. 32, pp. 52-54).

²⁶ Para as reflexões em que se ponderam dados de âmbito terminológico, recorreu-se aos trabalhos de: Kocourek (1985), Sager (1990) e Wüster (1998).

essenciais ao suporte da pretensão em salientar a importância dos fundamentos teóricos no sustentar da investigação em consultoria linguística.

Atente-se na recolha de possíveis designações para o termo ‘revisão’, efetuada por um outro trabalho de projeto²⁷ e no qual se revelam 21 tipos diferentes de revisão ou, eventualmente, de usos diferenciados do termo. Não obstante a polissemia do termo ‘revisão’ poder conduzir a conceitos redundantes para diferentes designações, a variação terminológica parece surgir, em L. Pereira (2016) e noutros trabalhos, associada ao tipo de atividade prática envolvida, ou à área de especialidade, ou à perspetiva teórica assumida, ou à função do termo em contexto e, provavelmente, a muitas outras. Tendo em conta o termo e a sua designação, Kocourek (1985) refere que a forma do termo sugere, frequentemente, uma parte do seu significado, contribuindo para uma determinada “concisão terminológica” (p. 120), argumento que pode justificar a variação de terminologia.

Já o trabalho de projeto de Marques (2014) circunscreve os «tipos de revisão adstritos à produção editorial de livros [a:] revisão de normalização; revisão tipográfica; revisão linguística; revisão de conteúdo; revisão de tradução» (pp. 17-18) e revela, na sua descrição sobre conceitos e definições, uma subtil particularidade – designa o conceito ‘revisão’ como ‘revisão de texto’ (p. 17) – um entendimento que parece constituir uma tendência e uma orientação seguida pela generalidade dos “agentes” ligados à atividade profissional da consultoria linguística. Tal convicção, quando transposta para uma relação hierárquica entre subordinado e subordinante resulta, para a designação ‘revisão de texto’ (revisão), o termo subordinante (hiperónimo), e para a designação ‘revisão linguística’, o termo subordinado (hipónimo). Apesar de esta conjectura não constituir um argumento que possa aqui ser analisado e desenvolvido, avaliar as especificidades terminológicas de conceitos, designações e definições no âmbito da consultoria linguística, numa perspetiva intralinguística, usando um tipo de estratégia de análise semântica, poderia, de algum modo, contribuir para uma pretensa estabilização.

²⁷ Termos associados a ‘revisão’: revisão linguística, de textos, textual, de texto, de provas, tipográfica, gráfica, técnica, ortográfica, de tradução, de conteúdo, bilingue, parcial, inicial, final, técnica de textos, de normalização – designações recolhidas de L. Pereira (2016, pp. 14-15).

Constitui uma ocorrência pouco comum encontrarem-se, em outros estudos e em bibliografia de referência, definições para expressões como ‘consultoria linguística’, pelo menos, na aceção genérica e abrangente que aqui se lhe atribui e, mais invulgar ainda, para ‘fundamentos teóricos’. Mesmo para outros termos e expressões como ‘revisão de linguística’, ‘teoria’ e ‘prática’²⁸, ‘fala’ e ‘escrita’, ‘questão’ e ‘problema’, resultam neste contexto, por vezes, abstratas ou demasiado genéricas, inconsistentes entre si, ambíguas e até inexistentes, como acontece com o conceito e a designação de ‘consultoria linguística’ que, alegadamente, conseguiu passar ignorada pela totalidade dos trabalhos de mestrado em Consultoria e Revisão Linguística já desenvolvidos.

Na perspetiva que aqui se defende, a consultoria linguística representa o elemento de sustentação de um conjunto de domínios, subdomínios e atividades interdisciplinares, daí, talvez, a justificação para uma tal desvalorização. À semelhança do exemplo dado anteriormente, também neste caso, o recurso às funções semânticas, que se estabelecem entre os diferentes conceitos e designações, e obtidas do mesmo modelo de relação hierárquica, poderia contribuir para a sua estabilização; desta vez, para a “consultoria linguística”, o termo subordinante e para a “revisão linguística” e “revisão de texto” e “edição de texto” e “tradução” e todas as outras, o termo subordinado.

Numa justificação, um tanto mais formal, para a conveniência de se estabilizarem designações e respetivas definições, Sager (1990) sugere:

In order to determine the need for definitions we have to examine two aspects: user requirements and the nature of the concepts to be defined.

There are three basic needs for definition:

- a) the initial fixation of the term-concept equation;
- b) the identification of a term via the verification of the existence of an independent definition;
- c) the explanation of the meaning of a concept for specialist users of term banks such as translators and subject specialists and possibly also laymen (p. 45).

Deste modo, o entendimento comum que se procura estabelecer em relação a alguma terminologia aqui utilizada e a certas noções e às suas respetivas definições, pode contribuir para melhor compreender a função da consultoria linguística, bem

²⁸ Ver na secção Anexos o ponto «4. Os regulamentos do mestrado: 4.3. Perspetiva teórica e teórico-prática».

como, para distinguir os conceitos dos domínios e das atividades que lhe estão subjacentes. A tentativa de normalização de algumas designações e definições pode constituir um recurso uniformizador importante e, a termo, um possível benefício para a consultoria linguística, como aliás acontece, por exemplo, com as normas ISO em áreas específicas. No contexto particular de um dos domínios da consultoria linguística – a tradução – a norma ISO (2015)²⁹, a que a generalidade dos tradutores recorre, constitui um exemplo adequado; esta norma estabelece os requisitos para os principais processos, recursos e outros aspetos necessários à prestação de um serviço de tradução de qualidade que atenda às suas respetivas especificações e nela se encontram algumas definições, às quais a consultoria linguística pode também recorrer.

Para além dos conceitos já referidos no subcapítulo anterior e considerados relevantes em qualquer trabalho de investigação, outros há, que no âmbito deste estudo sobre a consultoria linguística, importa referir. São eles: consultoria, consultoria linguística, consultor linguístico, revisão linguística, revisão de texto, fundamento teórico.

A começar pelo termo ‘consultoria’ que designa um conceito recente e que pode surgir associado à prestação de um serviço em diferentes atividades profissionais. Um tipo de atividade que pode incluir o desempenho de tarefas variadas, em particular, mas não em exclusivo, de serviços especializados de aconselhamento em domínios específicos e que resulta da atividade de um especialista – o consultor. O termo corresponde ainda a uma noção recente introduzida no léxico do português europeu em finais do século XX, enquanto que o seu aparente vínculo à linguística será ainda mais contemporâneo, entenda-se, início do século XXI. Ainda que seja possível associar o termo a um contexto (domínio) específico como a consultoria linguística, não são de todo evidentes as atividades que este tipo particular de ‘serviço’ deve integrar e, por isso, só será possível atribuir-lhe um sentido determinado se forem conhecidos os seus referentes, ou seja, se os objetos ou entidades concretas, que é suposto a expressão referir, forem explicitados, como em ‘consultoria linguística’, por exemplo.

²⁹ ISO. (2015). *Translation Services - Requirements for translation services (EN ISO 17100:2015)*. Bruxelas: Comité Européen de Normalization (CEN). Substitui a norma europeia EN 15038 e dela transfere os requisitos originais para a estrutura ISO.

A expressão ‘consultoria linguística’ pode efetivamente ser definida como uma atividade de prestação de serviços desempenhada pelo consultor linguístico e orientada para o aconselhamento na resolução de problemas teóricos e práticos que envolvem aspetos variados de uso da língua, quer falada, quer escrita. Adotada como um instrumento genérico de suporte ao uso e funcionamento da língua, a consultoria linguística pode incluir a oferta de outros instrumentos e serviços de apoio aos seus utilizadores. O conceito de ‘consultoria linguística’ estabeleceu-se recentemente como tópico de investigação sobre determinados princípios (fundamentos) linguísticos. No contexto académico particular em que aqui surge enquadrado adquire competências e atribuições adicionais, designadamente, porque a sua caracterização sustenta também o estudo teórico e empírico, redirecionado para domínios e subdomínios de atividades profissionais interdisciplinares em que intervêm linguistas e não linguistas.

A expressão ‘consultor linguístico’ corresponde a uma determinada entidade possuidora de um perfil profissional específico, a quem compete assegurar serviços especializados de consultoria na área da linguística, através de um conjunto de aptidões linguísticas e não-linguísticas; alguém com competência para identificar e analisar as questões de acordo com a sua tipologia; estabelecer métodos de pesquisa com recurso aos critérios mais adequados; definir o tipo de instrumentos a utilizar e conhecer os seus fundamentos; reunir e avaliar as soluções encontradas e saber optar por aquelas que mais se adequem às respostas que os problemas particulares exigem.

A caracterização das duas designações ‘revisão linguística’ e ‘revisão de texto’ pressupõe a alusão prévia a uma noção de ‘escrita’. Enquanto prática e produto, a escrita corresponde a um processo de desempenho faseado e recursivo o qual pode incluir diversas etapas: a pré-escrita, o esboço, a escrita inicial, a edição, a revisão, a escrita final, a publicação; posteriormente, pode ocorrer a reedição da obra, na qual, por vezes, se revisitam algumas etapas. Especialmente, quando, no processo de escrita, o ato de publicar constitui a sua etapa final, encontram-se convencionadas, em princípios gerais orientadores e normalizadores, o que se considera serem boas práticas na escrita – a adequação linguística, a correção e a consistência ortográfica, a uniformização de estilo, os aspetos de formatação, tudo mecanismos formais, com o propósito de garantir a clareza e a consistência do conteúdo das obras a publicar.

A ‘revisão linguística’ de um texto escrito corresponde a uma atividade de reescrita que pode ou não associar-se ao exercício de uma prática profissional; pressupõe um conhecimento fundamentado relativamente às regras linguísticas determinadas pelas propriedades definitórias universais de uma língua e que os instrumentos de normalização linguística, em particular, as gramáticas descritivas e normativas explicitam e organizam; um conhecimento que propicia identificar e validar os desvios na escrita relativamente a essas regras e sugerir o padrão de reescrita que mais se adeque ao contexto enunciativo. A atividade de revisão linguística, para além de não corresponder a nenhuma das ‘etapas’ em particular e, por isso, se diferenciar de qualquer delas – não se considera ‘revisão linguística’ sinónimo de ‘revisão’ – pode, por outro lado, acontecer em praticamente todas elas – em qualquer das etapas pode ocorrer revisão linguística. A atividade ainda se diferencia na forma e, portanto, nos usos distintos de cada uma das atividades associadas às restantes 20 designações atribuídas ao termo ‘revisão’; isto, no pressuposto de que a premissa da “concisão terminológica” de Kocourek (1985) se confirme, já que, com o tempo e espaço disponíveis para este trabalho, seria impossível de analisar todas e cada uma das 20 atividades correspondentes.

Ainda que nem todas as áreas e aspetos da linguística consubstanciem matéria de revisão, a premissa acerca de uma caracterização distintiva da revisão linguística em relação a outros tipos de revisão representa um dos fundamentos para a consultoria linguística.

Já a ‘revisão de texto’, seguindo esta perspetiva, constitui uma atividade associada ao exercício de uma prática profissional – pelo menos, em relação esta breve aceção parece existir consenso. A verdadeira discórdia surge quando se tenta compor uma definição genérica, mas suficientemente informativa, a partir do que já foi dito sobre revisão de texto, que permita caracterizar aquilo que constitui a atividade e os requisitos exigidos para a sua prática – o perfil dos intervenientes e as suas incumbências, o escopo, as estratégias, os recursos de apoio a essa mesma prática. Observem-se alguns motivos de discórdia³⁰: para além de exigir um conhecimento sobre as regras da língua e os instrumentos de normalização, à semelhança do exigido

³⁰ Para mais informação ver Moraes (2016n) e as designações recolhidas de L. Pereira (2016, pp. 14-15) para o termo ‘revisão’

para a revisão linguística, a revisão de texto envolve outro tipo de saberes e experiências que alargam o escopo da sua prática, nomeadamente, a questões de estratégia, à tipologia própria dos seus instrumentos e ferramentas, às normas e às convenções específicas, ou ainda à adequação de um conjunto de características estritamente não-linguísticas, em que se incluem definições de estilo e formatação. Por outro lado, a comunidade envolvida em atividades profissionais associadas à consultoria linguística parece apoiar-se num sistema de regulamentação flexível: aberto à polissemia; tolerante à escolha de terminologia que mais se adeque a determinada função ou procedimento; permissivo a designar conceitos novos ou redesignar conceitos existentes relacionados a atividades específicas; pronto a instituir normas próprias de uniformização da escrita, através da elaboração de livros de estilo.

Por último, a expressão ‘fundamento teórico’³¹ utilizada neste estudo levanta dúvidas relativamente, quer à representação e a perceção da sua forma abstrata escrita ou falada, quer à compreensão seu significado: qual o sentido particular que lhe está subjacente? qual o presumível vínculo entre significante, significado e referente? Qual o tipo de entidades linguísticas e extralinguísticas que refere? Ora, o sentido atribuído aqui ao conceito de ‘fundamento teórico’ corresponde ao argumento no qual se apoia uma reflexão que tenta especular (estudar, interpretar, descrever) sobre fenómenos de domínios específicos, na circunstância, a consultoria linguística, permitindo deles deduzir hipóteses, juízos, regras, orientações, com o objetivo de constituir conhecimento. Mas, para além desta designação formal o conceito de ‘fundamento teórico’ que sustenta a teoria deste trabalho identifica-se com as reflexões aqui apresentadas sobre a consultoria linguística, isto, apesar de nem todos os argumentos que se sustentam nas reflexões incluídas possam considerar-se fundamentos teóricos, nem mesmo, os que o são, signifiquem, necessariamente, soluções para problemas da consultoria linguística.

³¹ Atente-se no conceito abstrato e na definição vaga encontrada no Dicionário da Academia das Ciências de Lisboa para o termo ‘fundamento’ – «O que determina a existência ou a razão de ser de uma coisa» (p. 1836).

CAPÍTULO IV: RESULTADOS E DISCUSSÃO

Cumprida a proposta principal deste estudo – a apresentação de uma perspectiva de reflexão sistematizadora sobre a importância da consultoria linguística enquanto atividade sustentada academicamente – ponderadas, como se admite que tenham sido, as orientações propostas, preenchido o espaço aqui reservado às reflexões, chega o momento de apresentar resultados. Neste capítulo recupera-se, então, o tópico do estudo e, tendo em conta uma base de propósitos e orientações conhecidas, descrevem-se e debatem-se alguns dos aspetos mais importantes que dele resultaram.

No início deste trabalho alega-se que «os fundamentos teóricos correspondem . . . a tudo o que, ao longo deste estudo, a consultoria linguística proporcionar de reflexão sobre os seus domínios e subdomínios» (p. 4); por consequência, pode afirmar-se que os resultados do estudo provêm de uma variedade de reflexões orientadas para a recolha de dados, evidências e argumentos, aquilo em que se constituem os seus fundamentos teóricos. Os resultados agora apresentados e discutidos socorrem-se, naturalmente, das reflexões produzidas e, em particular, de um número limitado de «Orientações» referidas na «Introdução», de modo a permitir reunir argumentos convincentes que evidenciem a importância dos fundamentos teóricos no sustentar da investigação em consultoria linguística. Como foi também já referido, os resultados constituem, sobretudo, uma estratégia de sustentação teórica, de organização dos conteúdos e de sistematização das reflexões em propósitos concretos conhecidos, contudo, não aludem a efeitos esperados ou presumidos, dado que, no estudo, nem se deduzem, nem se testam hipóteses de partida.

Assim, para descrever e debater os principais resultados de um modo mais estruturado, retomam-se as orientações definidos na «Introdução» a que se associam argumentos nos quais se avalia de que modo os resultados sustentam, completam ou contrariam os trabalhos anteriores; assinalam-se eventuais obstáculos encontrados durante a realização do trabalho de projeto; sugerem-se interpretações ou eventuais contra-argumentos para os resultados; assinalam-se implicações e apontam-se possíveis orientações para estudos futuros.

Para a primeira orientação, recuperam-se os contextos em que se desenvolve a consultoria linguística – por um lado, a perspectiva de investigação académica teórico e

empírica e, por outro, as abordagens tendencialmente aplicadas da consultoria linguística, em que se enquadram a generalidade das propostas dos trabalhos de mestrado anteriores. Reconstitui-se o conceito e o contexto de consultoria linguística, na medida em que as interpretações obtidas nessas mesmas propostas se revelam indefinidas ou, em alguns casos omissas – um grupo de domínios de atividade interdisciplinar teórico-prática, associado à linguagem, à sua aquisição e aprendizagem, ao seu funcionamento, uso e desenvolvimento que inclui: a edição e a revisão; a tradução; o ensino de línguas; a gestão de informação; a escrita criativa; a comunicação e o jornalismo; um contexto em que a componente funcional de cada domínio se distribui por um conjunto de subdomínios, aos quais se associa o desempenho de tarefas, em que intervém, a experiência prática de especialistas dos respetivos domínios e subdomínios e, direta ou indiretamente, a teoria de especialistas em linguística.

Para a segunda orientação, defende-se a distinção, a estabilização e a coexistência de duas noções essenciais à reflexão em consultoria linguística: a investigação fundamental pode contribuir para a compreensão de um problema, disponibilizar conhecimento factual novo e revelar lacunas no conhecimento científico; a investigação aplicada pode contribuir para resolver um problema prático, mas que não disponibiliza conhecimento novo e não revela lacunas no conhecimento científico.

Para a terceira orientação, e como resultado da procura de indícios teóricos em trabalhos anteriores, propõem-se as evidências em relação aos vínculos a uma investigação tendencialmente aplicada, com objetivos orientados para a resposta a questões e problemas práticos, que suscitam o interesse e o empenho mais imediatistas de comunidades socioprofissionais particulares, no âmbito dos domínios da edição e revisão, tradução, ensino de línguas, gestão de informação, escrita criativa, comunicação e jornalismo. Por outro lado, alude-se à primazia e ao interesse na investigação aplicada e nos dados e nas evidências não-linguísticas dos trabalhos anteriores, tendência que resulta no apelo à reflexão e no estabelecer de dois princípios: o “primado da linguagem” sobre os domínios e subdomínios não-linguísticos e a “singularidade do problema” que se manifesta teórico na sua essência, mesmo que originado em domínios de atividade prática.

Para a quarta orientação, seleciona-se um conjunto de designações associadas à consultoria linguística, admite-se uma certa ambiguidade de conceitos e variabilidade de designações proposta em trabalhos anteriores, sugere-se a regularização de definições, tudo, de modo a reconstituir-se o tema do trabalho de projeto, a fixar-se alguma terminologia adotada no estudo e a dar-se forma e consistência às reflexões sobre aspetos concretos que ajudem a encontrar evidências e a desenvolver fundamentos teóricos com sentido.

Ainda que não tenham representado um verdadeiro motivo de impedimento à sua concretização, convém, contudo, assinalar algumas contrariedades encontradas durante a realização deste trabalho de projeto; elas refletem aquilo que foram as principais dificuldades e limitações.

Um dos aspetos que influenciou e limitou, de modo substancial, o trabalho de projeto foi o facto de ele ter sido praticamente desprovido da sua fase de planeamento inicial, por força das circunstâncias expostas na secção Anexos, no ponto «3. “Desvios” entre o plano de trabalho e a memória de projeto». Um plano de trabalho constitui-se, não só, como um plano de investigação, mas também, como um plano de escrita da memória de projeto. Quando apoiado numa estratégia de trabalho de projeto coerente, com as suas fases bem definidas, o plano pode: contribuir para definir o percurso da investigação; servir de orientação ao seu evoluir e de guia sobre o que fazer a seguir; e permitir controlar o seu tempo de execução. Um trabalho suportado num verdadeiro plano constitui um dos requisitos mais importantes da componente não letiva do mestrado e um aspeto a atender e respeitar em qualquer estudo académico, não importa a modalidade, mas que assume uma relevância particular, quando se trata de um trabalho projeto.

Por outro lado, na medida em que não existe uma tipologia de modelos e estruturas predefinidas de documento para a redação da memória de projeto³², pelo menos, como a que se concebe para a dissertação por exemplo, admite-se uma maior flexibilidade de conceção, no que concerne ao processo de trabalho, ao formato e à estrutura do conteúdo exigidos, ficando estes aspetos mais dependentes das

³² Excetuando a breve ‘descrição de conteúdos’ que o regulamento interno da componente não letiva disponibiliza.

preferências e opções dos mestrandos. Na ausência de um modelo convencional a seguir, corre-se um risco inerente de desvios em relação a aspetos de investigação, nomeadamente, de âmbito metodológico, os quais podem ser substituídos por configurações, estruturas e até conteúdos menos convencionais.

Também o risco e o constrangimento subjacentes à abordagem teórica adotada neste trabalho provêm de algumas noções e juízos nela admitidos, à partida, conjecturais: a hipotética importância que constituem os fundamentos teóricos para a consultoria linguística; os próprios conceitos (sublinhados) e outros conceitos e designações subjacentes ao tema que, sem a adequada explicitação e sustentação, podem revelar-se demasiado abstratos para serem utilizados como termos chave de um estudo – qual a interpretação a atribuir a ‘consultoria linguística’, a ‘revisão linguística’ ou a ‘fundamento teórico’? Os principais conceitos e as suas respetivas definições ou são desconhecidos (‘consultoria linguística’, ‘fundamento teórico’, ‘revisão linguística’, ‘revisão de texto’...) ou se não o são, encontram-se insuficientemente sistematizados na bibliografia consultada.

Em contrapartida, nem todos os argumentos sustentados nas reflexões incluídas no estudo podem configurar fundamentos teóricos e, nem mesmo os que a eles melhor se adequam, significam, necessariamente, soluções para o tão alargado escopo de problemas teóricos e práticos que a consultoria linguística pode abranger. Como Bazerman (2010) previne – «Some disciplines, such as pure mathematics and formal logic, develop pure theory. Writings in these fields argue through abstract rules, independent of particular observations of the world.» – em áreas de investigação mais alheadas da “teoria pura”, à semelhança do que ocorre com as ciências sociais e humanas, de pouco importa o quão aprimorado resulta o conteúdo do estudo. Se o que houver a demonstrar depender de evidências empíricas e estas não forem obtidas, não há conteúdo que resista – ambos, teoria e argumentos, ficam comprometidos e correm o risco de falhar no seu propósito (adaptado, p. 280).

Assinale-se ainda uma aparente dificuldade implícita de entrosamento entre a atividade de investigação académica e os domínios de atividade profissional, que se presume resultar da falta de um dispositivo de ligação entre os “dois mundos” – académico e profissional – o que parece constituir um paradoxo, isto, porque, se por um lado, ao profissional que se “embrenha” na resolução de dificuldades originadas em

domínios de atividade prática da consultoria linguística, não sobra, nem tempo, nem espaço para poder dedicar-se à investigação; por outro, o investigador que se aventura no estudo e na pesquisa em consultoria linguística carece de um conhecimento prático efetivo e de tempo para o adquirir.

Além de tudo isto, poder-se-á afirmar que as dificuldades e limitações sentidas ao nível do estudo resultam também da contrariedade que pode constituir a inexperiência de um mestrando na investigação. A este propósito o «Capítulo III: Elementos metodológicos – III.2 Iniciado em investigação» desenvolve uma curta reflexão que alude a essas mesmas dificuldades. Para quem empreende na aventura do estudo académico e do conhecimento, tais dificuldades constituem as etapas elementares de um percurso de investigação, do estado inexperiente para o experiente, em que se exige alguma ousadia e muito empenho.

Na condição em que se encontra efetivamente a investigação em consultoria linguística, talvez seja esta a orientação natural, pelo menos, em relação àquilo que constitui a sua substância. Apenas à medida que forem surgindo novos estudos, as teorias alternativas neles contidas poderão ajudar a reter a informação sobre aquilo que revelam de inédito e a refletir sobre as perspetivas daquilo que, sustentado em trabalhos anteriores, exibem de conhecido.

Interessaria, porém, analisar, em maior detalhe, se a tendência aplicada, que parece manifestar-se, preferentemente e com mais incidência, nos trabalhos de mestrado já desenvolvidos, constitui um aspeto legítimo, mas marginal à consultoria linguística enquanto atividade teórico-prática de âmbito académico ou se é somente marginal ao estudo da linguagem.

REFLEXÕES FINAIS

Depois de atingido o tempo limite e de ocupado o espaço de escrita fixados para a elaboração deste trabalho de projeto, resta, pois, compor uma síntese das suas conclusões, para encerrar o seu núcleo textual. Um olhar sobre o conteúdo e as reflexões que assinale: o que se disse; o que não se disse, mas que podia ter sido dito, e o que se disse, mas que, porventura, poderia expressar-se por outras palavras, por outro tipo de reflexões.

A consultoria linguística enquanto área de especialização e atividade sustentada academicamente identifica-se, até mesmo em contexto acadêmico³³, com duas perspectivas distintas: uma, aplicada, mais imediata e conducente a um eventual percurso profissional, que, em geral, se articula com uma outra, teórica, menos imediata talvez, e que contempla um percurso acadêmico de investigação e ainda, eventualmente, como aqui se tenta conceber, um tópico de investigação, um instrumento de estudo, um conjunto de domínios e subdomínios no âmbito do uso e funcionamento da língua, entre várias outras formulações, que estarão certamente por explorar e por refletir (ver Quadros e figuras 7. A Consultoria Linguística).

As tendências associadas a cada novo estudo elaborado no âmbito da componente não letiva do mestrado em Consultoria e Revisão Linguística decorrem, também, de outros dois aspetos: por um lado, os antecedentes académicos e, eventualmente, profissionais dos mestrandos, ou seja, o seu conhecimento e a sua experiência; e, por outro, os trabalhos anteriores realizados no mesmo âmbito. Ora, pelo menos em relação a estes pressupostos, o trabalho que agora termina não foi exceção – a sua orientação particular e individual, que se entende estar naturalmente mais próxima da investigação fundamental na área da linguística, tenta articular-se com as orientações de uma investigação, tendencialmente aplicada, de outras áreas do saber que não a linguística e presente em temas de trabalhos anteriores e os seus propósitos específicos que, ao que parece, sugerem serem mais orientados para a resposta a questões e dificuldades práticas. A própria distinção de paradigma, a que se alude, serviu de pretexto para a elaboração de um conjunto de reflexões, que

³³ As próprias universidades promovem a consultoria linguística como uma saída profissional para cursos de licenciatura e mestrado em áreas como as Ciências da Linguagem ou a Tradução.

constituem o núcleo deste trabalho, com os seguintes propósitos: pesquisar os trabalhos anteriores; distinguir a investigação fundamental da investigação aplicada; analisar e regularizar alguns dados terminológicos; alargar e fortalecer o quadro teórico da consultoria linguística para o português europeu, demonstrando a sua importância e, porventura, disponibilizando conhecimento factual novo.

Quadros e figuras 7. A Consultoria Linguística



Do mesmo modo, a linguística aplicada pode afigurar-se um tema relevante no contexto da consultoria linguística. Contudo, a escassez de tempo, de espaço e até de valências para se constituir uma análise mais consistente e elaborada, acabaram por comprometer o seu tratamento neste estudo. Através, naturalmente, de uma ênfase numa abordagem distintiva no estudo da linguagem e de uma perspetiva interdisciplinar de aplicação da linguística, que umas vezes, diga-se, se afasta do tradicional método de observação, para se aventurar por metodologias mais interpretativas, poderia indagar-se, por exemplo, quais as verdadeiras atribuições do

consultor linguístico enquanto mediador entre a teoria e a prática ou qual a extensão dessas atribuições em termos de domínios e subdomínios da consultoria linguística, e decerto muitas outras (apoiado em Berns & Matsuda (2010, pp. 3-13)).

Um outro tópico a explorar através de uma análise mais elaborada e melhor sustentada em dados e evidências constitui a validação da premissa estabelecida neste estudo acerca da ‘singularidade do problema’ – o problema, apesar de originado numa atividade prática, manifesta-se teórico na sua essência – numa abordagem que permitisse comprovar ainda as distinções/relações entre problema prático e problema teórico e entre, compreender o problema e resolver o problema.

Eis, em síntese, o fio condutor que guiou a elaboração deste trabalho de projeto – a cada novo estudo que se imponha elaborar sobre a consultoria linguística, se não for exigível, é pelo menos expectável conceberem-se e desenvolverem-se abordagens renovadas em que se relacionem as lacunas no conhecimento com aspetos concretos de estudos anteriores – os seus temas, problemas, questões, metodologias, objetivos, conclusões – como também de outras fontes e recursos e se aproveite para deles retirar os ensinamentos mais relevantes, em especial, aqueles que contribuam, para compor novos fundamentos e possibilitem comprovar ou refutar a teoria equacionada. Uma conjectura que influencie de forma direta e objetiva o estudo e a investigação e, naturalmente, fomenta a sua qualidade e, por inerência, a sua quantidade; alargue o espaço a distintos contextos de pesquisa; proponha temas e perspectivas de abordagem endereçadas a objetivos mais específicos; convoque paradigmas de análise teórica e prática mais diversificados; reporte teses de investigação mais inovadoras; transforme e faça evoluir a condição geral da consultoria linguística, pois, à medida que o estudo e a reflexão progridem, uma teoria, que em fases mais precoces da sua formulação se concebe mais especulativa, tende a evoluir e a ser substituída por novos e mais bem fundamentados argumentos. Sem um tal assentimento será, porventura, mais difícil à consultoria linguística constituir-se como uma atividade consistente e autónoma. Fica ainda determinado que cada estudo, a seu modo, acrescenta elementos com significado para o desenvolvimento da consultoria linguística.

No quadro particular da consultoria linguística e, atendendo às diferenças encontradas entre a perspetiva teórica e a perspetiva prática, quer a investigação académica, quer as diversas atividades profissionais a ela associadas carecem de se

empenharem como uma entidade única “a várias mãos”: participativa, no que depender do compromisso e empenho dos elementos intervenientes com origem em ambas as comunidades académica e socioprofissional; compartilhada, no que exigir de partilha, o conhecimento, as questões, os problemas, as soluções, os sucessos, mas também os fracassos; prospetiva no que respeita ao progresso relativo à observação e à investigação do tipo de necessidades e expectativas futuras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Academia das Ciências de Lisboa. (2001). *Dicionário da língua portuguesa contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa* (Vol. I e II). Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa e Editorial Verbo.
- Adriano, P. S. (2014). *O professor de Língua Portuguesa como revisor de textos – os casos da cliticização e da regência verbal: que atitude normativa em Angola? (dissertação de mestrado)*. Lisboa: FCSH-UNL. Obtido em 26 de out de 2016, de <http://hdl.handle.net/10362/12171>
- Araújo, M. F. (2014). *Contributos da consultoria e revisão linguísticas (relatório de estágio)*. Lisboa: FCSH-UNL. Obtido em 15 de set de 2016, de <https://run.unl.pt/handle/10362/13597>
- Barbosa, V. F. (2012). *Uma análise dialógica da atividade de revisão linguística em EaD (Ensino à Distância) (dissertação de mestrado - PB)*. Pelotas: Universidade Católica de Pelotas.
- Bazerman, C. (2010). *The Informed Writer – Using Sources in the Disciplines* (5th ed.). Fort Collins: The WAC Clearinghouse.
- Berns, M., & Matsuda, P. K. (2010). Applied linguistics. Em M. Berns (Ed.), *Concise encyclopedia of applied linguistics* (1st ed., pp. 3-13). Oxford: Elsevier Ltd.
- Bisaillon, J. (2007). *La révision professionnelle: processus, stratégies et pratiques*. Quebeque: Éditions Nota Bene.
- Booth, W. C., Colomb, G. G., & Williams, J. M. (2008). *The craft of research* (3rd ed.). Chicago: The University of Chicago Press.
- Campos, D. M. (2016). *Estruturas de complementação verbal finita no português em Angola: um contributo para a análise da variação linguística em variedades com normas não padronizadas (dissertação de mestrado)*. Lisboa: FCSH-UNL. Obtido em 10 de janeiro de 2017
- Costa, J., & Santos, A. L. (2003). *A falar como os bebés – O desenvolvimento linguístico das crianças* (2ª ed.). Lisboa: Editorial Caminho, SA.

- Costa, R. V., Rodrigues, D. L., & Pena, D. P. (2011). Dificuldades no trabalho do revisor de textos: possíveis contribuições da linguística. *Revista Philologus (ano 17, nº 51) – Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*, pp. 53-74. Obtido em 17 de março de 2017, de <http://www.filologia.org.br/revista/51supl/05.pdf>
- Dörnyei, Z. (2011). *Research methods in applied linguistics*. Oxford: Oxford University Press.
- Fidalgo, M. F. (2014). *Guia para revisores de texto: uma proposta para o exercício de uma profissão pouco (re)conhecida (trabalho de projeto)*. Lisboa: FCSH-UNL. Obtido em 2 de out de 2016, de <https://run.unl.pt/handle/10362/13518>
- Hartley, J. (2008). *Academic writing and publishing – a practical handbook*. London: Routledge (Taylor & Francis e-Library).
- Kocourek, R. (1985). Terminologie et efficacité de la communication: critères linguistiques. *Meta: journal des traducteurs*, vol. 30, nº 2, 119-128.
- Marques, T. A. (2014). *Contributos para o desenvolvimento de um manual do revisor de texto (trabalho de projeto)*. Lisboa: FCSH-UNL. Obtido em 17 de out de 2016, de <https://run.unl.pt/handle/10362/13622>
- Mateus, C. V. (2013). *Estágio na HMR – Health Market Research (relatório de estágio)*. Lisboa: FCSH-UNL. Obtido em 26 de out de 2016, de <http://hdl.handle.net/10362/10364>
- Meyer, M. (1982). *Lógica, linguagem e argumentação*. Lisboa: Editorial Teorema, Lda.
- Morais, V. (2014a). *A aprendizagem do léxico*. Lisboa: (Não publicado). Obtido em 27 de outubro de 2016, de <https://1drv.ms/b/s!AiZwioSWHgTLhRxJtyboMH-BLv20>
- Morais, V. (2015e). *Análise de gramáticas*. Lisboa: (Não publicado). Obtido em 27 de out de 2016, de <https://onedrive.live.com/redir?resid=CB041E96848A7026!6433&authkey=!AErcmoHcF6PO624&ithint=file%2cpdf>

- Morais, V. (2015f). *As colocações e o tratamento automático das línguas naturais*. Lisboa: (Não publicado). Obtido em 27 de outubro de 2017, de <https://1drv.ms/b/s!AiZwioSWHgTLhSKflIEC5OQa3gGE>
- Morais, V. (2016j). *Portfólio*. Lisboa: (Não publicado). Obtido em 19 de setembro de 2016, de https://1drv.ms/b/s!AiZwioSWHgTLgYx0t_PBI2NWrhwfNQ
- Morais, V. (2016m). *Trabalho de projeto: plano de trabalho*. Lisboa: (Não publicado).
- Morais, V. (2016n). *Um guia de estilo para o revisor*. Lisboa: (Não publicado). Obtido em 20 de setembro de 2016, de https://1drv.ms/b/s!AiZwioSWHgTL3BztsyueBXn_wWD2
- Mossop, B. (2014). *Revising and Editing for Translators* (3rd. ed.). New York: Routledge.
- Oliveira, R. R. (2016). *Revisão de textos: da prática à teoria (PB)*. Natal: EDUFRRN. Obtido em 21 de março de 2017, de <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/21448>
- Olson, D. (1994). *The world on paper: the conceptual and cognitive implications of writing and reading*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Pacheco, C. A. (2013). *A análise crítica e propostas de revisão na área editorial: uma experiência no Expresso (relatório de estágio)*. Lisboa: FCSH-UNL. Obtido em 3 de maio de 2016, de <https://run.unl.pt/handle/10362/12240>
- Paltridge, B. (2002). Thesis and dissertation writing: An examination of published advice and actual practice. *English for Specific Purposes*, 21 (Issue 2), pp. 125–143.
- Pereira, C. S. (2015). *Língua Tétum – contributos para uma gramática e Introdução básica à linguística do português: uma análise linguístico-textual em contexto de revisão editorial (relatório de estágio)*. Lisboa: FCSH-UNL. Obtido em 5 de set de 2016, de <https://run.unl.pt/handle/10362/15691>
- Pereira, L. L. (2016). *Entre a formação académica e a experiência profissional: estabilização dos conceitos de Revisão e de Revisor (trabalho de projeto)*. Lisboa: FCSH-UNL. Obtido em 10 de janeiro de 2017

- Peres, J. A., & Mória, T. (2003). *Áreas críticas da língua portuguesa* (2ª ed.). Lisboa: Editorial Caminho, SA.
- Pinto, R. I. (2013). *Estratégias de revisão linguística num contexto editorial. Relatório de estágio desenvolvido nas edições IADE (relatório de estágio)*. Lisboa: FCSH-UNL. Obtido em 26 de out de 2016, de <http://hdl.handle.net/10362/10269>
- Rocha, H. d., & Silva, C. M. (2010). Da revisão de texto à revisão de texto crítica: uma nova perspectiva profissional. *Universitas Humanas*, (v. 7, n. 1/2), pp. 191-213. Obtido em 17 de março de 2017, de <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/universitashumanas/article/view/897/1279>
- Rosa, R. I. (2015). *Proposta Interacionista para a Prática de Revisão de Texto: o padrão discursivo dos textos académicos (dissertação de mestrado)*. Lisboa: FCSH-UNL. Obtido em 26 de out de 2016, de <http://hdl.handle.net/10362/15754>
- Sager, J. C. (1990). *A Practical Course in Terminology Processing*. Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.
- Sampson, G. (1980). *Schools of linguistics: competition and evolution*. London: Hutchinson & Co. (Publishers) Ltd.
- Sampson, G., & Babarczy, A. (2014). *Grammar without grammaticality: growth and limits of grammatical precision*. Berlin: Walter de Gruyter GmbH.
- Sullivan, K. D., & Eggleston, M. (2006). *The McGraw-Hill desk reference for editors, writers, and proofreaders*. New York: McGraw-Hill.
- Swales, J., & Feak, C. (2012). *Academic Writing for Graduate Students: Essential Skills and Tasks* (3rd ed.). Arbor: University of Michigan Press.
- Teubert, W. (1999). Corpus Linguistics - A Partisan View. *TELRI Newsletter* 8, 4-19.
- Teubert, W. (2004). Language and corpus linguistics. Em M. Halliday, W. Teubert, C. Yallop, & A. Čermáková, *Lexicology and Corpus Linguistics - An Introduction* (pp. 73-112). New York: Continuum.
- Teubert, W. (2010). *Meaning, Discourse and Society*. New York: Cambridge University Press.

- Valério, A. M. (2014). *O género textual glossário: problemas para o Consultor e Revisor Linguístico (dissertação de mestrado)*. Lisboa: FCSH-UNL. Obtido em 26 de out de 2016, de <http://hdl.handle.net/10362/13151>
- Vasconcelos, S. I. (2013). *O clítico SE: entre a norma e a variação (dissertação de mestrado)*. Lisboa: FCSH-UNL. Obtido em 23 de fev de 2016, de <http://hdl.handle.net/10362/10218>
- Wüster, E. (1998). *Introducción a la teoría general de la terminología y la lexicografía terminológica*. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra.

ANEXOS

1. Dados do projeto

Mestrado em Consultoria e Revisão Linguística – Componente não letiva.

Opção: Trabalho de projeto.

Área de intervenção: «ii) Desenvolvimento de conteúdos intensivos em conhecimento pertinentes à área de especialização do mestrado.»³⁴.

Projeto a desenvolver: estudo que demonstre a importância dos fundamentos teóricos no sustentar da investigação em consultoria linguística.

Título da memória de projeto: *Consultoria linguística: a importância dos fundamentos teóricos no sustentar da investigação*.

Orientadora: Professora Doutora Clara Nunes Correia.

Data de início: 2-out-2016.

Data de fim: 31-mar-2017.

Data de fim (diferida): 31-mai-2017.

Versão da memória de projeto: Memória VER2017-ago-21 (corrigida e melhorada após a sua defesa pública).

³⁴ FCSH-UNL. (19 de outubro de 2016). *Regulamento interno componente não-lectiva – Trabalho de Projeto*. Obtido de Intranet Alunos: Informação Académica/Mestrados/Normas Regulamentares dos Cursos de Mestrado/ Normas Regulamentares Internas.

2. Convenções de escrita e de formatação

Para que o conteúdo desta memória e a mensagem que pretende transmitir correspondam aos requisitos de formatação e apresentação exigidos pelos regulamentos do mestrado e de modo a estabelecer-se um padrão rigoroso de escrita, adotaram-se as seguintes convenções:

- o critério escrita rege-se, quer pela obrigatoriedade de utilizar a ortografia constante do Acordo Ortográfico de 1990³⁵, quer pelo uso das regras de estilo APA³⁶ para serem aplicadas, de modo sistemático, às referências bibliográficas e às normas de citação;

- relativamente aos requisitos de formatação e apresentação, eles regem-se pelas regras estabelecidas nas normas regulamentares internas da faculdade³⁷.

Formatação e apresentação de trabalhos

O candidato deve entregar cinco exemplares em papel³⁸ e um em CD, apesar de se manter, temporariamente, indicação diferente nos regulamentos, em processo de revisão.

Regras de encadernação

Lombada: colocar nome, título, ano

Tipo: a encadernação térmica é obrigatória

Impressão:

É obrigatório que a capa seja impressa a cores (o restante conteúdo poderá ser impresso a preto e branco ou a cores);

É obrigatório que a impressão dos trabalhos seja realizada em frente e verso;

Por questões de ordem técnica, no que respeita à encadernação térmica, o número de folhas deverá ser superior a 60, o que poderá impossibilitar a impressão frente e verso. Nestes casos, aceitar-se-á a impressão dos trabalhos em apenas uma face.

Regras de formatação

Folha de rosto: 1ª folha da tese deve ser igual à capa, por razões de catalogação.

³⁵ Porto Editora. (2015). *Guia do acordo ortográfico da língua portuguesa (1990)*. Porto: Porto Editora. Obtido em 4 de Dezembro de 2015, de [Porto Editora \(2015\)-Guia do acordo ortográfico da língua portuguesa \(1990\)](#).

³⁶ APA. (2010). *Publication manual of the American Psychological Association* (6th ed.). Washington: American Psychological Association.

³⁷ FCSH-UNL. (23 de fevereiro de 2017). *Modelos Académicos*. Obtido de Intranet Alunos: Modelos académicos; Formulários e Modelos; Modelo formal de apresentação da componente não letiva (formato RTF).

³⁸ Este requisito foi, entretanto, alterado através da Lei do Orçamento de Estado para 2017 (Lei 42/2016, Art. 163º) que determina ser suficiente a «apresentação e entrega de dissertações, trabalhos de projetos, relatórios e teses em formato digital».

Capa para CD-Rom: Cumprir os Modelos formais de apresentação para Mestrados e Doutoramentos, disponíveis nas respectivas pastas do separador Formulários e Modelos Académicos.

Configuração padrão:

1,5 espaço entre linhas; opções de tipo de letra³⁹: Times New Roman ou Calibri; letra tamanho 12; texto justificado (6 pto antes / 6 pto depois – espaçamento entre parágrafos;

1,25 cm tabulação primeira linha de cada parágrafo

Numeração das páginas: árabe, rodapé à direita; letra tamanho 10

Notas de rodapé: fonte 10 pt; 1 espaço entre linhas.

2.1. Outras convenções

Na versão digital deste documento, o acesso aos capítulos pode ser efetuado recorrendo à seleção das entradas no Índice e as respetivas hiperligações, que remetem para o local no corpo do documento onde se encontra a descrição da entrada selecionada. O mesmo acontece ao longo do documento em que se utilizam hiperligações que, quando clicadas, remetem para as entradas de outros capítulos ou secções, de modo a facilitar o acesso e a pesquisa de informação.

³⁹ Nesta memória optou-se pelo tipo de letra “Cambria” que se apresenta bastante similar ao tipo “Times New Roman”.

3. “Desvios” entre o plano de trabalho e a memória de projeto

Relativamente à opção trabalho de projeto em particular, existe uma certa percepção subjacente no regulamento interno de que o conteúdo da memória de projeto corresponde, de algum modo, a uma segunda fase do estudo em que é suposto continuar-se e desenvolver-se a perspetiva inicial concebida no conteúdo do plano. Corresponda ou não este implícito a um requisito formal, ele não foi possível de concretizar na sua totalidade nesta memória. O tema, os dados, as evidências, os argumentos que aqui se apresentam diferem, em parte, daquilo que se estabeleceu no plano. Apesar de os pressupostos mais gerais terem sido considerados, algumas premissas particulares tiveram de ser alteradas. Aliás, já o próprio texto do plano referia a hipótese de este facto poder vir a acontecer – «é possível que ocorram reformulações parciais ou totais das definições» (p. 3). De seguida descreve-se o que de relevante se alterou e apresentam-se algumas evidências e justificações.

A opção inicial proposta no plano correspondia à tentativa de resolver um problema prático e mais geral relacionado com a escassez de recursos no âmbito da consultoria e revisão linguística para o português europeu, preocupação, aliás, generalizada e recorrente nos três trabalhos de projeto anteriores. Uma solução que podia contribuir para preencher uma lacuna, mas cuja perspetiva, tendencialmente aplicada, continha nos seus fundamentos teóricos, uma das etapas importantes de um estudo⁴⁰ e que significa a inclusão e a compreensão de um problema teórico e a sua resposta.

Já a teoria principal que o estudo acabou por adotar e defender e que esta memória apresenta, centrou-se mais no problema teórico, em particular, na procura de um entendimento comum que contribuísse para melhor compreender a importância dos fundamentos teóricos no sustentar da investigação em consultoria linguística. Com esta mudança de paradigma de abordagem, o estudo seguiu uma perspetiva menos generalista e mais focalizada num problema conceptual específico. A nova perspetiva permitiu, por um lado, restringir a quantidade de informação a pesquisar, e por outro, dividir um tópico que era afinal, demasiado vasto, em um título/tema e um subtítulo/subtema mais confinados e focalizados, de modo a conferir uma maior

⁴⁰ Ver Quadros e figuras 5. Relação problema prático / problema de investigação (p. 34).

relevância e visibilidade ao estudo. Esta opção revelou ainda os benefícios de não evitar ou ignorar um problema teórico.

A obrigatoriedade de ter de escolher-se um tema e atribuir-se um título ao projeto, numa fase ainda bastante prematura resultou, por exemplo, num título que propunha um único tópico e que representava um tema de projeto demasiado abstrato e alargado – *Fundamentos para a consultoria linguística*. Para além de denotar um escopo demasiado extenso para o âmbito de um trabalho de projeto, um título/tema assim designado não segue as boas práticas⁴¹ que devem regular a escolha do título/tema de um trabalho académico. Por outro lado, apesar de o título/tema representar, geralmente, a primeira essência do conteúdo de um trabalho, ditam as regras que as suas primeiras palavras deveriam ser as últimas a redigir. Porém, as relações de precedência e de dependência implícitas entre plano e memória não permitem tal veleidade.

Consequentemente, na sequência do estudo elaborado no âmbito desta memória, houve necessidade de reformular o título/tema inicial do projeto. A alteração teve por objetivo transformar um título/tema vago e genérico, num título/tema mais focalizado e específico, que permitisse melhor circunscrever o trabalho que o projeto se propunha desenvolver. Daí que se tivesse extraído o tópico *consultoria linguística* do título/tema definido inicialmente e acrescentado um subtópico complementar, mais informativo – *a importância dos fundamentos teóricos no sustentar da investigação*, como subtítulo/subtema particular do projeto. O resultado – *Consultoria linguística: a importância dos fundamentos teóricos no sustentar da investigação* contextualiza de forma mais adequada o título/tema inicial, contudo, para repor a sua função com um novo sentido que ajude a deduzir o conteúdo do trabalho, exige-se a explicitação dos conceitos de ‘consultoria linguística’ e de ‘fundamento teórico’⁴².

A principal razão para os “desvios” encontrados entre o plano de trabalho e a memória de projeto atribui-se à escolha da opção do trabalho de mestrado. A primeira opção do mestrando para a realização do trabalho foi o estágio com relatório e não o trabalho de projeto. Todavia, já no limite do prazo estabelecido para a realização do

⁴¹ Como um pequeno resumo específico, definido e objetivo que inclua tema e subtema.

⁴² Ver o «Capítulo III: Elementos metodológicos: III.4. Outros elementos a considerar».

plano de atividades de estágio, houve necessidade de substituir a opção estágio com relatório pelo trabalho de projeto, por razões alheias ao mestrando⁴³. Esta alteração exigiu o reinício da fase do plano, desta vez, com a preparação e a redação de um novo plano de trabalho para o projeto, num curto espaço de tempo, de modo a cumprirem-se as formalidades de registo da componente não letiva. As dificuldades e as indecisões que resultaram desta “alteração de última hora” originaram inevitáveis desvios no vínculo que era suposto existir entre os dois documentos, plano e memória, e que são agora mais evidentes em relação a aspetos formais e de conteúdo, logo a começar pelo título/tema do projeto.

Como resultado desta alteração, ficou como que excluída do trabalho de projeto a sua fase de planeamento inicial, enquanto que o período de tempo dedicado à elaboração do plano de trabalho foi manifestamente insuficiente para que se pudesse desenvolver um conteúdo cuja argumentação viesse a servir de apoio à elaboração desta memória. Apesar de as primeiras sugestões para o trabalho de projeto terem surgido com a realização do plano de trabalho⁴⁴, em de setembro de 2016, foi após esta data que se desenvolveu uma nova abordagem para o projeto e se redigiu, com base nessa nova abordagem, a totalidade do conteúdo que se encontra exposto nesta memória.

⁴³ O «Plano de atividades» Morais, V. (2016n). *Um guia de estilo para o revisor*. Lisboa: (Não publicado). Obtido em 20 de setembro de 2016, de [Estágio Curricular nas Edições Colibri – Plano de atividades](#) foi substituído pelo «Plano de trabalho»: Morais, V. (2016m). *Plano de trabalho*. Lisboa: (Não publicado). Obtido em 8 de janeiro de 2016, de [Plano de trabalho](#) (requer ligação à internet).

⁴⁴ O plano de trabalho parece representar um requisito exclusivamente formal, que é exigido para efetuar o registo da componente não letiva no departamento de linguística.

4. Os regulamentos do mestrado

O facto de se possuir um conhecimento prévio dos regulamentos do mestrado pode contribuir para uma realização melhor sucedida de ambas as componentes letiva e não letiva, o que constitui uma das premissas defendidas neste trabalho de projeto. O mestrado em Consultoria e Revisão Linguística⁴⁵ instituído em 2011 pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa constitui-se, no seu domínio, único em Portugal, e uma área académica pioneira para o português europeu.

Para funcionar, o mestrado necessita do suporte de dois tipos de especificações:

- as normas regulamentares⁴⁶ definem orientações tão importantes como a área científica em que o mestrado se integra, os objetivos do curso, a estrutura curricular ou o plano de estudos;

- as normas do regulamento interno⁴⁷ da componente não letiva definem regras particulares relativas às opções, às modalidades e aos requisitos da sua realização.

A realização do mestrado constitui um processo faseado que inclui a componente letiva e a componente não letiva – a conclusão da primeira permite ao mestrando, alegadamente, alcançar os conhecimentos e as competências linguísticas necessárias à realização da segunda; enquanto a segunda, a concluir por via de uma de três opções, permite ao mestrando demonstrar publicamente a aquisição efetiva desses mesmos conhecimentos e competências, bem como a ambição e a capacidade para explorar desafios futuros.

Nesta parte pós-textual apresenta-se um texto autónomo que procede a uma análise e interpretação dos conteúdos dos regulamentos, em particular, do

⁴⁵ A partir do ano letivo 2016-2017, o mestrado em Consultoria e Revisão Linguística (ciclo de estudos descontinuado em 2016/2017) perdeu a sua designação de “mestrado” e passando a representar uma área de especialização; o curso passou a denominar-se «Mestrado em Ciências da Linguagem – Área de especialização: Consultoria e Revisão Linguística». FCSH-UNL. (19 de outubro de 2016). *Ensino / Mestrados / Áreas / Comunicação, Política, Linguagem e Filosofia*. Obtido do Sítio Internet da FCSH-UNL: [Consultoria e Revisão Linguística](#).

⁴⁶ DRE. (2011). Mestrado em Consultoria e Revisão Linguística – Normas regulamentares. *Diário da República, 2.ª série – N.º 244 – 22 de Dezembro de 2011* (pp. 49961-49964). Lisboa: INCM, SA. Obtido em 19 de out de 2016, de [Diário da República, 2.ª série – N.º 244](#).

⁴⁷ FCSH-UNL. (19 de outubro de 2016). *Normas regulamentares [internas] dos cursos de mestrado*. Obtido de Intranet Alunos: Normas Regulamentares Internas.

Encontra-se disponível em tecnologia de interface web (intranet de acesso restrito), não sendo ainda possível encontrar o seu conteúdo em formato aberto de documento (PDF).

regulamento interno da componente não letiva. O texto inclui considerações sobre o carácter informativo dos regulamentos e destaca certas marcas mais peculiares, sem, contudo, descrever a totalidade dos seus conteúdos; unicamente considera, caracteriza e adapta aqueles que, efetivamente, são relevantes, no âmbito da opção escolhida para a realização deste trabalho.

4.1. Considerações gerais

As normas regulamentares DRE (2011) do curso de mestrado em Consultoria e Revisão Linguística constituem um conjunto de regras de âmbito geral, mas que, se forem devidamente consideradas, podem contribuir, quer para um melhor entendimento sobre as exigências formais do mestrado, quer para esclarecer eventuais dúvidas ou confusões que possam existir nas convicções dos mestrandos relativamente ao seu âmbito e função. Dessas regras destacam-se:

- os objetivos do curso

A realização do mestrado em Consultoria e Revisão Linguística implica a aquisição dos seguintes conhecimentos e competências:

- 1– Capacidade de aprofundar conhecimentos teóricos e competências metodológicas e técnicas que permitam desenvolver um trabalho de análise crítica sobre o funcionamento e o uso da língua portuguesa, nas suas vertentes escrita e oral;
- 2– Capacidade de desenvolver uma reflexão crítica sobre o funcionamento da língua e dos textos, articulada com diferentes domínios de aplicação prática;
- 3– Capacidade de aplicar as aquisições teóricas a trabalhos de investigação originais, individuais e ou colectivos;
- 4– Capacidade de aplicar ou desenvolver novos produtos em áreas que envolvem o domínio da língua portuguesa (escrita ou oral) e o seu uso em situações públicas;
- 5– Capacidade de desenvolver novas estratégias no desempenho de atividades profissionais em áreas relacionadas com a revisão e a consultoria linguística;
- 6– Capacidade de realizar um trabalho original conducente à obtenção do grau de mestre (DRE, 2011, p. 49961).

- a área científica – «O mestrado em Consultoria e Revisão Linguística está inserido na área científica de Ciências da Linguagem» (DRE, 2011, p. 49961).

- a estrutura curricular (ver DRE, 2011, p. 49962).

- o plano de estudos (ver DRE, 2011, p. 49962).

Já o regulamento interno da componente não letiva estabelece regras mais específicas que a seguir são referidas, em maior detalhe. Este outro conjunto de regras possibilita aos seus destinatários, no âmbito estrito, a aquisição dos créditos necessários à conclusão do 2º ciclo de estudos e a obtenção do respetivo grau académico.

Do plano de estudos do curso fazem parte duas componentes:

1. A componente letiva concebe uma estrutura composta por unidades curriculares obrigatórias e de opção livre, veicula informação de domínios predominantemente teóricos e proporciona a aquisição dos créditos necessários à obtenção de um diploma de pós-graduação;

2. A componente não letiva concebe uma estrutura composta por unidades curriculares de opção condicionada suportadas por três modalidades: a «dissertação» ou o «estágio com relatório» ou o «trabalho de projeto». Esta componente veicula informação de domínios teórico-práticos e proporciona a aquisição dos créditos necessários à conclusão do 2º ciclo de estudos e à obtenção do grau de mestre.

Em função da opção escolhida é ainda exigida:

– a elaboração prévia de um plano de trabalho⁴⁸ (denominado «plano de atividades», na opção estágio) «com indicação de metodologia a seguir, fontes e bibliografia»;

– a redação de um trabalho que, em função da modalidade escolhida, configura, ou uma dissertação, ou um relatório de estágio ou uma memória de projeto e em que os conteúdos de cada tipo de documento são suportados por uma estrutura particular, bem como, pelas convenções de escrita e de formatação antes referidas;

– a apresentação e a discussão públicas dos resultados e da relevância do trabalho desenvolvido tendo em conta a opção escolhida e o tema do trabalho.

⁴⁸ Documento exigido para o registo da componente não letiva.

O regulamento interno estabelece um outro tipo de regras⁴⁹ que descrevem os requisitos específicos associados a cada uma das três opções. Relativamente à opção trabalho de projeto escolhida para este trabalho final de mestrado, os requisitos são os seguintes:

O primeiro requisito exige a opção por uma de duas «modalidades alternativas» de trabalho de projeto, em conformidade com o regulamento. A modalidade escolhida para este trabalho determina:

«2. Concepção e desenvolvimento pelo aluno de uma aplicação original dos conhecimentos e competências adquiridas à satisfação de fins sociais, culturais e/ou económicos identificados.»

Este requisito estabelece ainda a opção por diferentes modelos de trabalho de projeto. No caso deste projeto, a escolha recaiu sobre o modelo de trabalho baseado em «conteúdos intensivos em conhecimento» relevantes para a área de especialização do mestrado e para o tema escolhido, na forma de uma reflexão sobre a importância dos fundamentos teóricos no sustentar da investigação em consultoria linguística.

O segundo requisito exige a conformidade da estrutura do conteúdo da memória com a descrição de conteúdos⁵⁰ do regulamento e que se resume em seis tópicos (T1-T6):

T1. «Descrição, fundamentada em investigação exploratória, dos objectivos do projecto e do(s) contexto(s) de aplicação visados».

T2. «Apresentação [da relevância social, cultural e/ou económica do projeto e] dos potenciais beneficiários ou públicos visados».

T3. «Análise e interpretação críticas da bibliografia científica e técnica relevante que estabeleça o estado da questão relativamente ao âmbito e ao tipo de intervenção pretendidos».

⁴⁹ Somente são referidas aqui as regras que correspondem à opção escolhida de modo a limitar o número de palavras/páginas.

⁵⁰ «O trabalho de projeto deverá ser exposto numa memória redigida pelo aluno, sob a supervisão do(s) orientador(es). A memória deverá conter: ...».

T4. «Exposição dos resultados (plano de intervenção, protótipo de produto, plano de serviço a prestar, etc.), revelando a aplicação efectiva dos conhecimentos relevantes».

T5. «Exposição fundamentada dos meios materiais e humanos previstos para a sua concretização».

T6. «Redacção das diversas componentes do projecto conforme os cânones de escrita da disciplina».

4.2. Considerações particulares

De acordo com o referido antes, os regulamentos descrevem um conjunto de regras com objetivos associados a cada uma das modalidades do curso, contudo, carecem de uma conceptualização e definição formal para algumas designações, como por exemplo, *consultoria linguística* e *revisão linguística*, talvez pelo facto de estas surgirem associadas a um contexto académico e não profissional.

Em relação à opção trabalho de projeto, o regulamento interno descreve os requisitos que servem de apoio à preparação e redacção dos dois documentos exigidos: o plano de trabalho e a memória de projeto. Existem, porém, determinadas tarefas prévias de alguma relevância que exigem atenção: a leitura, a análise e a interpretação dos regulamentos; a ponderação e a justificação de decisões relativas aos principais requisitos opcionais; a validação das opções e da sua conformidade com requisitos e conteúdos particulares; o encadeamento dos objetivos e tarefas definidas no plano com a memória visando a sua exequibilidade e a concretização de todas as fases do trabalho de projeto.

A perspectiva que decorre de um tal contexto remete, pois, para a conceção de um conjunto alargado de procedimentos associados ao tema do trabalho de projeto que revelam tarefas com um vínculo individual e com alguma autonomia, em relação às regras definidas no regulamento. Neste tipo de entendimento dá-se relevo às exigências e aos atributos particulares de cada trabalho; ao contexto específico em que ocorre; aos objetivos imediatos e de médio prazo; ao dinamismo mais ou menos criativo que o mestrando revele no estudo e na investigação, associados a domínios teóricos e teórico-práticos. Adota o propósito de documentar de modo explícito, por

escrito e oralmente, o trabalho individual e, assim, atestar a «aplicação original dos conhecimentos e competências adquiridas».

No que concerne ao formato e à estrutura do conteúdo exigido para os trabalhos de cada uma das três opções da componente não letiva, as suas características específicas podem variar, não só em função de objetivos, preferências e opções dos mestrandos, como também, de eventuais estruturas e modelos predefinidos de tipos de documento. Por exemplo, enquanto que para conceber a estrutura de um trabalho de «dissertação» pode recorrer-se a modelos predefinidos de “tipos de tese”⁵¹, já para as outras duas opções não existe qualquer modelo predefinido de “tipos de memória de projeto” ou de “tipos de relatório de estágio”. Para estes dois tipos existem, contudo, duas orientações válidas de auxílio à construção da estrutura dos trabalhos: a ‘descrição de conteúdos’ que o regulamento interno disponibiliza; e os oito trabalhos (memórias e relatórios) desenvolvidos desde que o mestrado funciona e que, porventura, poderão servir de modelo.

4.3. Perspetiva teórica e teórico-prática

Os fundamentos associados às perspetivas teórica e teórico-prática estabelecem dois pressupostos: o primeiro adota a perspetiva teórica, predominante e expectável no mestrado, que aparece vinculada à generalidade dos seminários (obrigatórios e opcionais) da componente letiva, e ainda, à opção dissertação da componente não letiva; o segundo admite uma perspetiva teórico-prática, de orientação aplicada, que pode, perfeitamente, aparecer vinculada às duas restantes opções da componente não letiva – o estágio com relatório e o trabalho de projeto.

Chegado o momento de decidir qual das três modalidades selecionar para a realização da componente não letiva, num curso em que os objetivos, os métodos e os recursos de aprendizagem revelam uma predominante orientação teórica, a simples constatação da existência de possíveis contextos de domínio teórico-prático apresenta-se a alguns mestrandos como um verdadeiro estímulo e uma oportunidade que parece envolver áreas de especialização particulares, sobretudo, àqueles cujos desígnios

⁵¹ Ver a este propósito as noções de «traditional thesis [simple and complex]»; «topic-based thesis»; «compilation of research articles» em Paltridge (2002, Appendix A-D).

excedem o propósito exclusivamente académico de obtenção de um grau e incluem também outros propósitos de desenvolvimento pessoal no âmbito de uma atividade profissional. A possibilidade de o trabalho de mestrado poder incluir um domínio teórico-prático permite antecipar outras perspetivas pessoais e profissionais, cujos horizontes envolvem, efetivamente, áreas que revelam uma orientação mais profissionalizante como a consultoria linguística e a revisão linguística, a edição de texto, a tradução, entre várias outras, sem que esse facto signifique o abdicar total do domínio teórico.

Quando são analisadas, tanto as preferências relativamente às modalidades da componente não letiva seleccionadas, como a tipologia e o conteúdo dos trabalhos académicos desenvolvidos na sequência dos primeiros cursos, os resultados corroboram os argumentos aqui apresentados acerca de uma certa orientação aplicada: em cinco anos letivos consecutivos (2011-2016), de um total de treze componentes não letivas concretizadas, cinco foram da opção «dissertação», cinco da opção «estágio com relatório» e três da opção «trabalho de projeto», o que significa um rácio de 62% do domínio aplicado em relação ao total.

Conceber tais fundamentos não será, por isso, totalmente desadequado neste âmbito⁵²; insistir numa reflexão que proporcione aos mestrandos conhecimentos, aptidões e competências provenientes de domínios do conhecimento distintos e simultaneamente complementares, como são a “teoria” e a “prática”, afigura-se um argumento bastante persuasivo, seja para o trabalho de projeto, seja para o estágio com relatório.

4.4. Conceitos e designações

Uma boa parte da argumentação apresentada neste ponto da secção Anexos revela convicções, mais ou menos gerais, acerca dos conteúdos do regulamento interno da componente não letiva e do seu carácter informativo, considerado suficiente para

⁵² As perspetivas teórica ou aplicada (prática) que aqui surgem referidas como atributos da componente letiva e da componente não letiva são apenas conjecturais e convencionados no âmbito desta memória. Considerados como um argumento auxiliar de reflexão, não representam qualquer regra geral ou particular que conste, pelo menos explicitamente, quer das normas regulamentares, quer do regulamento interno.

suportar a elaboração do plano de trabalho e do trabalho de projeto, isto, apesar de não ser possível encontrar descrições inequívocas que sustentem os dois conceitos e que possibilitem a elaboração dos seus conteúdos em complementaridade, como parece requererem os dois documentos, plano de trabalho e memória de projeto.

As orientações que o regulamento interno determina para o trabalho de projeto, independentemente do tipo de trabalho ou área de intervenção, não consistem no desenvolvimento propriamente dito de «produtos», «serviços» ou «conteúdos», mas antes, no seu planeamento, ou seja, aquilo que a memória de projeto se propõe estabelecer, em concreto, são os principais requisitos exigidos para a elaboração de um produto final.

4.5. Atribuições e competências

A realização bem-sucedida da componente não letiva decorre, quer das atribuições definidas nas normas regulamentares e no regulamento interno, quer de competências individuais.

- As atribuições são extrínsecas e de âmbito convencional e determinam a elaboração prévia de um plano de trabalho (pré-projeto), a redação de um documento formal ({dissertação / memória / relatório}), e a apresentação e discussão públicas dos resultados.

- As competências são intrínsecas, de carácter individual e diferenciado, por vezes, idiossincrático e particularizam as opções e as preferências concretas do mestrando. Nelas se podem incluir: os objetivos pessoais e académicos fixados; a conjectura sobre a insuficiência informativa das atribuições; a especificidade dos temas e das rubricas abordadas; a variedade de itens escolhidos, como por exemplo, a opção selecionada, a investigação prévia, o tema do trabalho, o estado da arte / a revisão da bibliografia, a metodologia, o público alvo, os objetivos particulares, o escopo do trabalho, os conteúdos e forma gráfica de os apresentar, o estilo de escrita, os resultados previstos, as fontes bibliográficas, a calendarização de atividades, entre vários outros.

A noção elementar de regulamento interno da componente não letiva infere a presença de um recurso explícito de regras gerais que devem permitir aferir a

conformidade dos conteúdos associados à realização do trabalho de mestrado, quer ao nível da função, quer ao nível da forma.

5. O nome do mestrado

Para alguém que conclui o 1º ciclo e opta por continuar os seus estudos académicos prosseguindo para o 2º ciclo, o nome do mestrado pode constituir uma primeira fonte de informação conducente a referências mais substanciais acerca do seu conteúdo e escopo. Num exercício puramente conjectural e especulativo, observa-se agora o nome do mestrado «Consultoria e Revisão Linguística», tenta-se decompor a sua estrutura nominal⁵³ (ver Quadros e figuras 8. Nome do mestrado) e analisar cada uma das expressões nominais coordenadas que a constituem. Numa primeira análise, o resultado pode permitir inferir alguns indícios sobre o seu significado e a natureza do curso de mestrado. De uma tal decomposição e análise resultam os seguintes elementos:

- o sentido dos termos *núcleo* ‘consultoria’ e ‘revisão’ induz um vínculo a uma certa perspetiva aplicada da linguística;
- a denominação ‘consultoria e revisão linguística’ com o termo ‘linguística’ no singular dá a entender que somente a ‘revisão’ é ‘linguística’ enquanto a ‘consultoria’ seria de outra natureza;
- o termo ‘consultoria’ da primeira expressão parece adquirir implicitamente o seu complemento ‘[linguística]’ da segunda expressão (num tal contexto, a consultoria apenas pode ser linguística – «Consultoria [Linguística] e Revisão Linguística» ou «Consultoria e Revisão Linguísticas»);
- o termo ‘consultoria’ da primeira expressão corresponde a um domínio que evidencia um uso ainda invulgar e pouco associado à área da linguística;
- o termo ‘linguística’ é o complemento nominal das duas expressões (está implícito na primeira) e não, por exemplo, o termo ‘texto’⁵⁴, logo, o uso de um ou de outro termo, neste contexto, parece ser não arbitrário;

⁵³ Para mais informações acerca da estrutura nominal ver, por exemplo, Peres, J. A. (2013). Semântica do Sintagma Nominal. Em E. B. Raposo, M. F. Nascimento, M. A. Mota, L. Segura, & A. Mendes, (Org.). *Gramática do Português* (Vol. 1, pp. 735-815). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian ou ainda, Duarte, I., & Oliveira, F. (2003). Referência nominal. Em M. H. Mateus, A. M. Brito, I. Duarte, I. H. Faria, S. Frota, G. Matos, . . . A. Villalva, *Gramática da Língua Portuguesa* (pp. 205-242). Lisboa: Editorial Caminho.

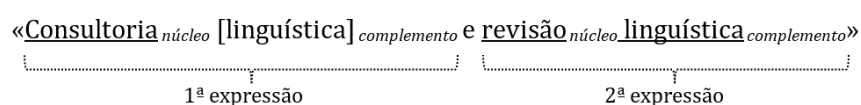
⁵⁴ O mestrado «está inserido na área científica de Ciências da Linguagem» DRE. (2011). Mestrado em Consultoria e Revisão Linguística – Normas regulamentares. *Diário da República*, 2.ª série – N.º 244 – 22

– a segunda expressão, quase invariavelmente, surge associada à área editorial e, em particular, a duas atividades profissionais: a revisão de textos monolingues e a revisão de textos traduzidos;

– a segunda expressão não é sempre, nem em qualquer circunstância, sinónimo de ‘revisão de texto’;

– o termo ‘revisão’ refere a associação polissémica de um lexema (designação) a vários significados (conceitos)⁵⁵.

Quadros e figuras 8. Nome do mestrado



de Dezembro de 2011 (pp. 49961-49964). Lisboa: INCM, SA. Obtido em 19 de out de 2016, de Diário da República, 2.ª série – N.º 244.

⁵⁵ Ver nota de rodapé 26.

6. A pesquisa, seleção e organização da bibliografia

Como comprova a realidade expressa pela tradição científica e académica, o estado da arte designa o espaço convencionado que um estudo reserva à caracterização de um certo nível de conhecimento universal. Nele se confinam as perspectivas teórico-metodológicas mais atuais e os princípios que sustentam o enquadramento de temáticas de trabalho específicas, recorrendo à análise de presumíveis vínculos a estudos prévios, de modo a colocar novas questões ou a explorar questões que tenham ficado por responder.

Tal espaço convencional, mas também restrito, encontra-se reservado, não a todas as fontes bibliográficas, mas apenas àquelas cujo objetivo ou objetivos do trabalho em que se inserem determinar. Hartley (2008, p. 87), por exemplo, identifica um conjunto de possíveis atribuições da bibliografia, que habitualmente surgem associadas a objetivos de trabalho específicos:

- rever o trabalho realizado numa área ou âmbito particular e num período de tempo específico;
- descrever a evolução de uma certa orientação teórica ou linha de pensamento;
- agrupar e resumir o trabalho proveniente de diferentes áreas de investigação;
- verificar o estado da evidência relativamente a uma perspectiva teórica particular;
- revelar condições inadequadas na literatura e assinalar áreas que exigem investigação.

Atendendo à especificidade deste projeto e à particularidade dos seus requisitos poderem envolver domínios teórico-práticos, não é evidente a sua associação a uma única atribuição, mas sim a várias.

O critério de certo modo restritivo do capítulo Estado da arte determinou ainda algumas diligências, parcialmente concebidas com a elaboração do plano e que são agora completadas, ou pelo menos, complementadas com os conteúdos aqui enunciados. Dessas diligências salientam-se as seguintes tarefas:

- a contextualização adequada do tema e a sua definição fundamentada com recurso às suas principais orientações e aos seus aspetos distintivos, nomeadamente, a sua perspetiva teórico-prática;

- a pesquisa, seleção e organização da bibliografia mais adequada ao tema do trabalho;

- a procura e identificação de contradições, inconsistências, explicações incompletas, omissões que estudos anteriores possam indiciar relativamente ao problema em estudo;

- a revelação das evidências dessa identificação e das suas implicações.

Logo, o conteúdo do capítulo parece cumprir alguns dos princípios elementares de âmbito formal de um estado da arte tradicional, acima enunciados. Aliás, ao assumir a orientação temática particular do projeto, desenvolve uma reflexão que excede o âmbito formal restrito e constitui as suas próprias regras. Nele reúnem-se argumentos que vão para lá das exigências encontradas na ‘descrição de conteúdos’ do regulamento interno da componente não letiva, e que se circunscrevem à ao tópico (T3) «análise e interpretação críticas da bibliografia científica e técnica relevante. . .» e às escolhas pela modalidade trabalho de projeto «2. Concepção e desenvolvimento pelo aluno de uma aplicação original dos conhecimentos e competências adquiridas à satisfação de fins sociais, culturais e/ou económicos identificados.»⁵⁶. Nele procede-se, efetivamente, a uma «análise e interpretação», mas com propósitos de reflexão particulares e mais abrangentes, que consideram as diligências no seu conjunto, que as caracterizam e adequam às múltiplas exigências provenientes do extenso domínio teórico-prático caracterizador do tema do projeto.

No decorrer do projeto, a pesquisa, a escolha seletiva e a organização da bibliografia atenderam aos requisitos explícitos que o regulamento interno da componente não letiva define na sua ‘descrição de conteúdos’. De modo menos óbvio, contribuíram, ainda, para satisfazer os requisitos potenciais praticamente ilimitados e, por isso, bastante mais exigentes na sua especificidade, que caracterizou a elaboração de conteúdos do projeto (plano e memória).

⁵⁶ Ver o ponto «4. Os regulamentos do mestrado».

O procedimento iniciou-se com a constituição de uma lista restrita de recursos bibliográficos durante a elaboração do plano de trabalho, contudo, a necessidade potencial de bibliografia, para satisfazer os requisitos concretos do projeto, só se manifestou, verdadeiramente, durante a fase de realização desta memória.

A eventual insuficiência informativa do regulamento interno, no que à bibliografia diz respeito e que pode ser assinalada como uma limitação, resulta para o mestrando numa prerrogativa, já que lhe concede uma autonomia quase absoluta na pesquisa, seleção e organização das fontes a incluir na lista de recursos bibliográficos. O processo de preparação da lista começou a tomar forma com o plano e expandiu-se ao durante a fase de elaboração desta memória. A bibliografia incluída representa um conjunto de fontes primárias e secundárias consideradas pertinentes e essenciais para a área da consultoria linguística; contempla alguns instrumentos de normalização linguística, trabalhos de âmbito académico, guias temáticos e outras publicações que abordam fenómenos específicos da língua e sugerem, nas suas abordagens, perspetivas de conceção, análise e descrição, umas vezes distintas, outras complementares.

Atendendo ainda, quer à especificidade do projeto e aos problemas teórico-práticos que o tema sugere, quer ao número de fontes de informação bibliográfica disponíveis e à sua proveniência variada, quer também, a necessidade de satisfazer as formalidades do regulamento interno, no decorrer da elaboração do plano houve necessidade de estabelecer outras convenções. Para sustentar convenientemente a composição de uma lista de fontes bibliográficas adequada ao projeto, definiram-se alguns critérios auxiliares base:

1. Pesquisa – recorre à bibliografia referida em diversos trabalhos, quer em papel, quer em formato digital.

2. Seleção – avalia a utilidade das fontes, ou seja, a sua fiabilidade e relevância teórica e prática para tema do projeto, recorrendo a juízos de âmbito geral e particular sobre o conteúdo de cada obra.

3. Organização – agrupa a bibliografia por grandes áreas ou tipo de fonte, em função de certos traços comuns que caracterizam os seus conteúdos⁵⁷.

⁵⁷ Ver ponto «7. Fontes bibliográficas agrupadas tematicamente».

4. Língua – na eventualidade de uma mesma obra se encontrar disponível em diferentes línguas estabelece-se a seguinte ordem de precedência: {1. português europeu / 2. português do Brasil / 3. inglês / francês / espanhol}. Para obras traduzidas, foi considerada a qualidade do texto traduzido relativamente ao original.

O conjunto da bibliografia utilizada neste projeto, apresentada de modo provisório e incompleto no plano de trabalho encontra-se reunida na parte pós-textual desta memória e surge referida em dois subcapítulos: o primeiro designa-se «Referências bibliográficas» e inclui apenas as obras citadas ao longo desta memória; o segundo designa-se «7. Fontes bibliográficas agrupadas tematicamente» em função da seguinte tipologia de fontes: *Dicionários, prontuários, glossários; Gramáticas; Guias temáticos; Outros instrumentos (enciclopédias, livros de estilo, normas); Trabalhos de âmbito académico; Outros recursos e publicações linguísticas*, e inclui, quer as obras citadas e consultadas, quer outras obras consideradas essenciais e adequadas ao tema e objetivos do projeto.

A lista de recursos inclui ainda um conjunto restrito de trabalhos produzidos pelo mestrando, no decorrer da componente letiva dos percursos académicos de licenciatura e mestrado, por se considerar que, também eles, são adequados ao tema e objetivos do projeto. Os conteúdos dos trabalhos selecionados, provenientes de atividades de pesquisa na área da linguística, para além de se encontrarem disponível na “nuvem” em formato “.pdf”, as suas referências foram também recentemente compiladas num portfólio⁵⁸.

⁵⁸ Ver Moraes (2016j).

7. Fontes bibliográficas agrupadas tematicamente

Este ponto da secção Anexos reúne uma lista não exaustiva de fontes bibliográficas, de acordo com um modelo de agrupamento temático e representa uma opção de organização das fontes, de entre as várias possíveis. Dela fazem parte os seguintes grupos: *Dicionários, prontuários, glossários; Gramáticas; Guias temáticos; Outros instrumentos (enciclopédias, livros de estilo, normas); Trabalhos de âmbito académico; Outros recursos e publicações linguísticas*. Por exemplo, apesar de os Dicionários e as Gramáticas serem considerados, para todos os efeitos, instrumentos de normalização linguística, eles foram, contudo, classificados em dois grupos separados.

7.1. Dicionários, prontuários, glossários

Os dicionários podem ser de língua portuguesa, língua estrangeira (monolíngues, bilingues, multilingues), língua geral, língua de especialidade, sinónimos, antónimos, regência de verbos, etimológicos, estrangeirismos, calão, provérbios, expressões idiomáticas, colocações, expressões latinas, enciclopédicos, em imagens, em formato em papel ou eletrónico.

Academia das Ciências de Lisboa. (2001). *Dicionário da língua portuguesa contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa* (Vol. I e II). Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa e Editorial Verbo.

Bergström, M., & Reis, N. (2011). *Prontuário Ortográfico e Guia da Língua Portuguesa*. Alfragide: Casa das Letras.

Busse, W. (1994). *Dicionário Sintático de Verbos Portugueses*. Coimbra: Almedina.

Casteleiro, J. M. (2009). *Vocabulário ortográfico da língua portuguesa* (5ª ed.). Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras.

Houaiss, A., & Villar, M. d. (2002-2003). *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores.

Ministério da Educação. (2009). *Dicionário terminológico da língua portuguesa*. Lisboa: Ministério da Educação.

Porto Editora. (15 de maio de 2016). *Dicionário da Língua Portuguesa*. Obtido de Infopedia – Dicionários Porto Editora: [Infopedia](#)

Porto Editora (Ed.). (2013). *Dicionário Editora da Língua Portuguesa*. Porto: Porto Editora.

Porto Editora (Ed.). (2013). *Prontuário da Língua Portuguesa*. Porto: Porto Editora.

Ramalho, É. (1999). *Novo Dicionário Estrutural, Estilístico e Sintático da Língua Portuguesa*. Porto: Lello & Irmão.

7.2. Gramáticas

Bechara, E. (2009). *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira (Edição parcial em formato digital).

Cuesta, P. V., & Luz, M. A. (1971). *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Edições 70.

Cunha, C., & Cintra, L. (2014). *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: Edições João Sá da Costa.

Mateus, M. H., Brito, A. M., Duarte, I., Faria, I. H., Frota, S., Matos, G., . . . Villalva, A. (2003). *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho.

Raposo, E. B., Nascimento, M. F., Mota, M. A., Segura, L., & Mendes, A. (2013). *Gramática do Português* (Vols. 1-2). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

7.3. Guias temáticos

Anderson, L. K. (1990). *Handbook for proofreading*. Chicago: NTC Business Books.

Bazerman, C. (2009). *Handbook of research on writing*. New York: Taylor & Francis e-Library.

Bazerman, C. (2010). *The Informed Writer – Using Sources in the Disciplines* (5th ed.). Fort Collins: The WAC Clearinghouse.

Bazerman, C., & Prior, P. A. (2004). *What writing does and how It does It – An introduction to analyzing texts and textual practices*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Inc.

- Bazerman, C., Krut, R., Lunsford, K., McLeod, S., Null, S., Rogers, P., & Stansell, A. (Edits.). (2009). *Traditions of writing research*. New York: Taylor & Francis e-Library.
- Bisaillon, J. (2007). *La révision professionnelle: processus, stratégies et pratiques*. Quebec: Éditions Nota Bene.
- Booth, W. C., Colomb, G. G., & Williams, J. M. (2008). *The craft of research* (3rd ed.). Chicago: The University of Chicago Press.
- Butcher, J., Drake, C., & Leach, M. (2006). *Butcher's copy-editing – The Cambridge handbook for editors, copy-editors and proofreaders* (4th. ed.). Cambridge: Cambridge.
- Castelo, A., Rodrigues, C., Freitas, M. J., & Costa, T. (2012). *Os sons que estão dentro das palavras* (Vols. Cadernos de Língua Portuguesa, 5). Lisboa: Edições Colibri e APP.
- Cook, C. (1985). *How to edit your own writing*. Boston: Houghton Mifflin Company.
- Costa, A., & Costa, J. (2001). *O que é um advérbio?* (Vols. Cadernos de Língua Portuguesa, 1). Lisboa: Edições Colibri e APP.
- Costa, J. (2008). *O advérbio em português europeu*. Lisboa: Edições Colibri.
- Eliseu, A. (2008). *Sintaxe do português*. Lisboa: Editorial Caminho, SA.
- Emiliano, A. (2009). *Fonética do português europeu*. Lisboa: Guimarães Editores SA.
- Gilad, S. (2007). *Copyediting & proofreading for dummies*. Hoboken: Wiley Publishing, Inc.
- Gonçalves, A., & Costa, T. d. (2002). *(Auxiliar a) Compreender os verbos auxiliares* (Vols. Cadernos de Língua Portuguesa, 3). Lisboa: Edições Colibri e APP.
- Hartley, J. (2008). *Academic writing and publishing – a practical handbook*. London: Routledge (Taylor & Francis e-Library).
- Lobb, N. (1998). *Find The Errors! Proofreading Activities*. Portland: Walch Publishing.
- Miguel, M. A. (1992/1993). Sobre a natureza de «Porque», «Por Que» e «Porquê». *Arquipélago. Línguas e Literaturas*, Vol. 13, pp. 93-113. Obtido em 9 de maio de 2016, de [Maria Miguel \(1992/1993\)-Sobre a natureza \[...\]](#)

- Móia, T. (2004). Algumas áreas problemáticas para a normalização linguística – disparidades entre o uso e os instrumentos de normalização. *Actas do XX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (pp. 109-125). Lisboa: APL.
- Mossop, B. (jullho de 2007). Empirical studies of revision: what we know and need to know. *The Journal of Specialised Translation*, 8, pp. 5-20. Obtido em 8 de fevereiro de 2017, de [Brian Mossop \(2007\)-Empirical studies \[...\]](#)
- Mossop, B. (2014). *Revising and Editing for Translators* (3rd. ed.). New York: Routledge.
- Oliveira, R. R. (2016). *Revisão de textos: da prática à teoria (PB)*. Natal: EDUFRN. Obtido em 21 de março de 2017, de <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/21448>
- Paltridge, B. (2002). Thesis and dissertation writing: An examination of published advice and actual practice. *English for Specific Purposes*, 21 (Issue 2), pp. 125–143.
- Peres, J. A., & Móia, T. (2003). *Áreas críticas da língua portuguesa* (2ª ed.). Lisboa: Editorial Caminho, SA.
- Porto Editora. (2015). *Guia do acordo ortográfico da língua portuguesa (1990)*. Porto: Porto Editora. Obtido em 4 de Dezembro de 2015, de [Porto Editora \(2015\)-Guia do acordo \[...\]](#)
- Santos, A. L., & Freitas, M. J. (2001). *Contar (histórias de) sílabas* (Vols. Cadernos de Língua Portuguesa, 2). Lisboa: Edições Colibri e APP
- Santos, C. (2009). Porque ou por que? *eLingUp – Centro de Linguística da Universidade do Porto, Vol. 1, Nº 1*, pp. 99-109. Obtido em 9 de maio de 2016, de [Catarina Santos \(2009\)-Porque ou por que?](#)
- Simons, G. F., & Fennig, C. D. (Edits.). (2017). *Ethnologue: Languages of the World*. (20th). Dallas: SIL International. Obtido em 1 de maio de 2017, de <http://www.ethnologue.com>
- Smith, B. (2003). *Proofreading, revising, and editing skills* (1st. ed.). New York: LearningExpress.

- Speck, B., Hinnen, D., & Hinnen, K. (2003). *Teaching revising and editing: an annotated bibliography*. Westport: Praeger Publishers.
- Strunk, W., & White, E. B. (2005). *The elements of style*. New York: The Penguin Press.
- Sullivan, K. D., & Eggleston, M. (2006). *The McGraw-Hill desk reference for editors, writers, and proofreaders*. New York: McGraw-Hill.
- Swales, J., & Feak, C. (2012). *Academic Writing for Graduate Students: Essential Skills and Tasks* (3rd ed.). Arbor: University of Michigan Press.
- University of Oxford. (13 de abril de 2016). *Managing Yourself*. Obtido de Oxford Learning Institute: [University of Oxford \(2016\)-Managing yourself](#)
- Wager, E. (2002). *How to survive peer review*. BMJ Books: London.
- Williams, J., & Bizup, J. (2014). *Style lessons in clarity and grace* (11th ed.). New Jersey: Pearson Education, Inc.

7.4. Outros instrumentos (enciclopédias, livros de estilo, normas)

- APA. (2010). *Publication manual of the American Psychological Association* (6th ed.). Washington: American Psychological Association.
- Berns, M. (Ed.). (2010). *Concise encyclopedia of applied linguistics* (1st ed.). Oxford: Elsevier Ltd.
- Berns, M., & Matsuda, P. K. (2010). Applied linguistics. Em M. Berns (Ed.), *Concise encyclopedia of applied linguistics* (1st ed., pp. 3-13). Oxford: Elsevier Ltd.
- Brown, K. (Ed.). (2006). *Encyclopedia of Language and Linguistics (ELL2)* (2nd ed.). New York: Elsevier.
- Companhia das Letras. (2012). *Manual de redação e estilo da Companhia das Letras Editora*. São Paulo: Schwarcz S.A.
- Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira. (1988-1992). Lisboa/Rio de Janeiro: Edições Zairol.
- Interactive Training Ltd. (18 de Abril de 2016). *50 Top proofreading tips*. Obtido de Interactive Training Ltd.: [Interactive training \(2016\)-50 Top proofreading tips](#)

ISO. (2015). *Translation Services – Requirements for translation services (EN ISO 17100:2015)*. Bruxelas: Comité Européen de Normalization (CEN).

Lusa, A. (2011). *Livro de Estilo*. Lisboa: Lusa.

NP 61. (1987). *Documentação. Sinais de correções dactilográficas ou tipográficas*. Caparica: IPQ-Instituto Português da Qualidade.

Santos, D., & Rocha, P. (2001). Evaluating CETEMPúblico, a free resource for Portuguese. *39th Annual Meeting of the Association for Computational Linguistics* (pp. 442-449). Toulouse: Association for Computational Linguistics.

7.5. Trabalhos de âmbito académico

Adriano, P. S. (2014). *O professor de Língua Portuguesa como revisor de textos – os casos da cliticização e da regência verbal: que atitude normativa em Angola?* (dissertação de mestrado). Lisboa: FCSH-UNL. Obtido em 26 de outubro de 2016, de [Paulino Adriano \(2014\)-O professor de língua portuguesa \[...\]](#)

Araújo, M. F. (2014). *Contributos da consultoria e revisão linguísticas* (relatório de estágio). Lisboa: FCSH-UNL. Obtido em 15 de setembro de 2016, de [Mário Araújo \(2014\)-Contributos \[...\]](#)

Campos, D. M. (2016). *Estruturas de complementação verbal finita no português em Angola: um contributo para a análise da variação linguística em variedades com normas não padronizadas* (dissertação de mestrado). Lisboa: FCSH-UNL. Obtido em 10 de janeiro de 2017, de (URI não disponível)

Costa, R. V., Rodrigues, D. L., & Pena, D. P. (2011). Dificuldades no trabalho do revisor de textos: possíveis contribuições da linguística. *Revista Philologus* (ano 17, nº 51) – *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*, pp. 53-74. Obtido em 17 de março de 2017, de <http://www.filologia.org.br/revista/51supl/05.pdf>

Fidalgo, M. F. (2014). *Guia para revisores de texto: uma proposta para o exercício de uma profissão pouco (re)conhecida* (trabalho de projeto). Lisboa: FCSH-UNL. Obtido em 2 de outubro de 2016, de [Marta Fidalgo \(2014\)-Guia para revisores \[...\]](#)

- Laflamme, C. (2009). *Les modifications lexicales apportées par les réviseurs professionnels dans leur tâche de révision: du problème à la solution (dissertação de doutoramento)*. Québec: Université Laval. Obtido em 7 de maio de 2017, de <http://www.theses.ulaval.ca/2009/26291/26291.pdf>
- Marques, T. A. (2014). *Contributos para o desenvolvimento de um manual do revisor de texto* (trabalho de projeto). Lisboa: FCSH-UNL. Obtido em 17 de outubro de 2016, de [Tiago Maqrques \(2014\)-Contributos \[...\]](#)
- Mateus, C. V. (2013). *Estágio na HMR – Health Market Research* (relatório de estágio). Lisboa: FCSH-UNL. Obtido em 26 de outubro de 2016, de [Cláudia Mateus \(2013\)-Estágio na HMR \[...\]](#)
- Morais, V. (2014). *A aprendizagem do léxico*. Lisboa: (Não publicado). Obtido em 27 de outubro de 2016, de [Vítor Moraes \(2014\)-A aprendizagem do léxico](#)
- Morais, V. (2015a). *Análise de gramáticas*. Lisboa: (não publicado). Obtido em 27 de outubro de 2016, de [Vítor Moraes \(2015\)-Análise de gramáticas](#)
- Morais, V. (2015b). *As colocações e o tratamento automático das línguas naturais*. Lisboa: (Não publicado). Obtido em 27 de outubro de 2017, de [As colocações e o tratamento automático das línguas naturais](#)
- Morais, V. (2016a). *Os INL e os usos na escrita de construções com ‘por que’, ‘porque’ e ‘porquê’*. Lisboa: (não publicado). Obtido em 27 de outubro de 2016, de [Vítor Moraes \(2016\)-Os INL \[...\]](#)
- Morais, V. (2016b). *Portfólio*. Lisboa: (não publicado). Obtido em 19 de setembro de 2016, de [Vítor Moraes \(2016\)- Portfólio](#)
- Morais, V. (2016c). *Teorias e Práticas de Escrita e de Revisão de Texto: Portfólio*. Lisboa: (não publicado). Obtido em 19 de setembro de 2016, de [Vítor Moraes \(2016\)-TPERT: Portfólio](#)
- Morais, V. (2016d). *Um guia de estilo para o revisor*. Lisboa: (não publicado). Obtido em 20 de setembro de 2016, de [Vítor Moraes \(2016\)-Um guia de estilo \[...\]](#)
- Pacheco, C. A. (2013). *A análise crítica e propostas de revisão na área editorial: uma experiência no Expresso* (relatório de estágio). Lisboa: FCSH-UNL. Obtido em 3 de maio de 2016, de [Carla Pacheco \(2013\)-Análise crítica \[...\]](#)

- Pereira, C. S. (2015). *Língua Tétum – contributos para uma gramática e Introdução básica à linguística do português: uma análise linguístico-textual em contexto de revisão editorial* (relatório de estágio). Lisboa: FCSH-UNL. Obtido em 5 de setembro de 2016, de [Carla Pereira \(2015\)-Língua Tétum \[...\]](#)
- Pereira, L. L. (2016). *Entre a formação académica e a experiência profissional: estabilização dos conceitos de Revisão e de Revisor* (trabalho de projeto). Lisboa: FCSH-UNL. Obtido em 10 de janeiro de 2017, de (URI não disponível)
- Pinto, R. I. (2013). *Estratégias de revisão linguística num contexto editorial. Relatório de estágio desenvolvido nas edições IADE* (relatório de estágio). Lisboa: FCSH-UNL. Obtido em 26 de outubro de 2016, de [Rita Pinto \(2013\)-Estratégias de revisão \[...\]](#)
- Rocha, H. d., & Silva, C. M. (2010). Da revisão de texto à revisão de texto crítica: uma nova perspectiva profissional. *Universitas Humanas*, (v. 7, n. 1/2), pp. 191-213. Obtido em 17 de março de 2017, de <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/universitashumanas/article/view/897/1279>
- Rosa, R. I. (2015). *Proposta Interacionista para a Prática de Revisão de Texto: o padrão discursivo dos textos académicos* (dissertação de mestrado). Lisboa: FCSH-UNL. Obtido em 26 de outubro de 2016, de [Rute Rosa \(2015\)-Proposta interacionista \[...\]](#)
- Valério, A. M. (2014). *O género textual glossário: problemas para o Consultor e Revisor Linguístico* (dissertação de mestrado). Lisboa: FCSH-UNL. Obtido em 26 de outubro de 2016, de [Ana Valério \(2014\)-O género textual glossário \[...\]](#)
- Vasconcelos, S. I. (2013). *O clítico SE: entre a norma e a variação* (dissertação de mestrado). Lisboa: FCSH-UNL. Obtido em 23 de fevereiro de 2016, de [Sofia Vasconcelos \(2013\)-O clítico SE \[...\]](#)

7.6. Outros recursos linguísticos e publicações

- Amor, E. (2006). *Didáctica do português – Fundamentos e metodologia* (6ª ed.). Texto Editores, Lda.: Lisboa.

- Aronoff, M., & Rees-Miller, J. (Edits.). (2003). *The Handbook of Linguistics*. Malden: Blackwell Publishers.
- Azevedo, M. M. (2004). *Portuguese: A Linguistic Introduction*. New York: Cambridge University Press.
- Beaugrande, R.-A. d. (1980). *Text, Discourse and Process: Toward a Multidisciplinary Science of Texts*. New Jersey: Ablex.
- Beaugrande, R.-A. d., & Dressler, W. U. (1981). *Introduction to text linguistics*. London: Longman Group.
- Benveniste, É. (1966). *Problèmes de linguistique générale I*. Paris: Éditions Gallimard.
- Benveniste, É. (1974). *Problèmes de linguistique générale II*. Paris: Éditions Gallimard.
- Booth, W. C., Colomb, G. G., & Williams, J. M. (2008). *The craft of research* (3rd ed.). Chicago: The University of Chicago Press.
- Bronckart, J.-P. (2008). Genres de textes, types de discours et «degrés» de langue. *Revue Texto !*, vol. XIII, n°1, pp. 1-95.
- Câmara Jr., J. M. (1978). *Contribuição à estilística portuguesa* (3ª ed.). Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, S.A.
- Campos, M. H., & Xavier, M. F. (1991). *Sintaxe e Semântica do Português*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Chomsky, N. (1978). *Aspectos da Teoria da Sintaxe* (2ª ed.). Coimbra: Arménio Amado - Editor, Sucessor.
- Cintra, L. F. (1986). *Sobre "Formas de Tratamento" na língua portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Correia, M. (2005). Terminologia, neologia e normalização: como tratar os empréstimos neológicos. *Revista Terminómetro*, pp. 15-20.
- Correia, M., & Lemos, L. S. (2005). *Inovação lexical em português* (Vols. Cadernos de Língua Portuguesa, 4). Lisboa: Edições Colibri e APP.
- Coseriu, E. (1959-1960). Sistema, Norma e Fala (J. Carvalho, Trad.). *VIIº Congresso Internacional de Linguistas*, (pp. 1-30). Londres. Obtido em 2 de novembro de 2015, de [Eugenio Coseriu \(1959-1960\)-Sistema, norma e fala \[...\]](#)

- Coseriu, E. (1987). *O homem e a sua linguagem*. Rio de Janeiro: Presença.
- Coseriu, E., & Lamas, Ó. L. (2007). La lingüística del texto como hermenéutica del sentido. *Lenguaje y discurso*, pp. 57-60. Obtido em 2 de novembro de 2015, de [Coseriu & Lamas \(2007\)-La lingüística del texto \[...\]](#)
- Costa, J., & Santos, A. L. (2003). *A falar como os bebés – O desenvolvimento linguístico das crianças* (2ª ed.). Lisboa: Editorial Caminho, SA.
- Deutscher, G. (2005). *The unfolding of language: an evolutionary tour of mankind's greatest invention*. New York: Metropolitan Books.
- Dijk, T. A. (1973). Text grammar and text logic. Em J. S. Petöfi, & H. Rieser (Edits.), *Studies in Text Grammar* (pp. 17-78). Dordrecht: Reidel.
- Dijk, T. A. (1977). *Text and Context*. New York: Longman Group Ltd. Obtido em 10 de janeiro de 2016, de [Teun van Dijk \(1977\)-Text and context](#)
- Dijk, T. A. (1980). *Macrostructures*. Hillsdale: Lawrence Erlbaum Associates, Inc. Obtido em 10 de janeiro de 2016, de [Teun van Dijk \(1980\)-Macrostructures](#)
- Dörnyei, Z. (2011). *Research methods in applied linguistics*. Oxford: Oxford University Press.
- Dörnyei, Z. (2011). *Research methods in applied linguistics*. Oxford: Oxford University Press.
- Duarte, I. (2000). *Língua Portuguesa - Instrumentos de Análise*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Ducrot, O., & Todorov, T. (2007). *Dicionário das Ciências da Linguagem*. Lisboa: Publicações D. Quixote.
- Faria, I. H., Emília Ribeiro Pedro, I. D., & Gouveia, C. A. (1996). *Introdução à linguística geral e portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, SA.
- Figueiredo, C. d. (1926). *Falar e escrever – Novos estudos práticos da língua portuguesa ou consultório popular de enfermidades da linguagem* (3ª ed., Vol. II). Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- Fromkin, V., & Rodman, R. (1993). *Introdução à linguagem*. Coimbra: Livraria Almedina.

- Genette, G. (1997). *Paratexts – Thresholds of interpretation*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Kabatek, J. (2011). Eugenio Coseriu, Las tesis de Estrasburgo y el postulado da la lingüística lingüística. *XIV Jornadas de Lingüística* (pp. 49-52). Cádiz: Universidad de Cádiz. Obtido em 2 de novembro de 2015, de <http://www.rose.uzh.ch/dam/jcr:ffffff-f143-b75e-0000-00003c40bf9e/C90.pdf>
- Kocourek, R. (1985). Terminologie et efficacité de la communication: critères linguistiques. *Meta: journal des traducteurs*, vol. 30, n° 2, 119-128.
- Krashen, S. (1982). *Principles and Practice in Second Language Acquisition*. London: Pergamon.
- Lapa, M. R. (1959). *Estilística da língua portuguesa* (3ª ed.). Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica.
- Lehmann, W. P. (1967). *A reader in nineteenth century historical Indo-European linguistics*. Bloomington: Indiana University Press.
- Mahmoudian, M. (1983). *A linguística hoje*. Lisboa: Edições 70.
- Marcuschi, L. A. (2010). *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. São Paulo: Cortez.
- Mel'čuk, I., Beck, D., & Polguère, A. (2015). *Semantics - From meaning to text*. Amsterdam: John Benjamins B.V.
- Meyer, M. (1982). *Lógica, linguagem e argumentação*. Lisboa: Editorial Teorema, Lda.
- Mounin, G. (1997). *Introdução à linguística*. Lisboa: Livros Horizonte, Lda.
- Müller, A. L. (2003). A semântica do sintagma nominal. Em A. L. Müller, E. V. Negrão, & M. J. Foltran, *Semântica formal* (pp. 61-74). São Paulo: Contexto. Obtido em 19 de dezembro de 2015, de [Ana Müller \(2003\)-A semântica \[...\]](#)
- Neto, S. d. (1992). *História da língua portuguesa* (6ª ed.). Rio de Janeiro/Lisboa: Presença/DinaLivro.
- Olson, D. (1994). *The world on paper: the conceptual and cognitive implications of writing and reading*. Cambridge: Cambridge University Press.

- Raposo, E. P. (1992). *Teoria da gramática – Faculdade da linguagem*. Lisboa: Editorial Caminho, SA.
- Reis, C. (1978). *Técnicas de análise textual* (2^a ed.). Coimbra: Livraria Almedina.
- Sager, J. C. (1990). *A Practical Course in Terminology Processing*. Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.
- Sampson, G. (1980). *Schools of linguistics: competition and evolution*. London: Hutchinson & Co. (Publishers) Ltd.
- Sampson, G., & Babarczy, A. (2014). *Grammar without grammaticality: growth and limits of grammatical precision*. Berlin: Walter de Gruyter GmbH.
- Saussure, F. d. (1971). *Curso de linguística geral*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Schütze, C. (2016). *The empirical base of linguistics: Grammaticality judgments and linguistic methodology*. Berlin: Language Science Press.
- Teubert, W. (1999). Corpus Linguistics - A Partisan View. *TELRI Newsletter* 8, 4-19.
- Teubert, W. (2005). My version of corpus linguistics. *International Journal of Corpus Linguistics (Volume 10, Issue 1)*, 1-13.
- Teubert, W. (2010). *Meaning, Discourse and Society*. New York: Cambridge University Press.
- Todorov, T. (1981). *Os géneros do discurso*. Lisboa: Edições 70.
- Trubetzkoy, N. (1969). *Principles of phonology*. (C. A. Baltaxe, Trad.) Berkeley and Los Angeles: University of California Press.
- Williams, E. B. (1938). *From latin to portuguese*. Philadelphia: Oxford University Press.
- Wüster, E. (1998). *Introducción a la teoría general de la terminología y la lexicografía terminológica*. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra.